

Tribunal de Contas do Estado  
de Pernambuco – TCE/PE



**RELATÓRIO CONSOLIDADO DE  
AUDITORIA DE NATUREZA OPERACIONAL**  
(Processo TC 0601335-1)



**AValiação DO PROGRAMA TRAVESSIA**  
(Prefeitura da Cidade do Recife)



**Equipe:**

Emerson Souza de Carvalho  
Francisco Alves Soares  
Juliana Montenegro de O. Matos  
Noemi Caldas Bahia Falcão  
Renata Vilaça de Queiroz Valença

OUTUBRO - 2006



## Agradecimentos

O sucesso das auditorias de natureza operacional depende do relacionamento e da colaboração estabelecidas entre as equipes de auditoria e os dirigentes e técnicos dos programas auditados. Há de se registrar que a equipe do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – TCE-PE foi muito bem recebida pelos gestores do Programa Travessia, tendo contado com a cordialidade e a participação do Presidente do Instituto de Assistência Social e Cidadania - IASC, de diretores e de gerentes do Programa, para o desenvolvimento das técnicas de diagnóstico, prestação de informações e apresentação de documentos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos.

Contamos ainda com a participação de técnicos da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ integrantes do Projeto Nação Criança, bem como da coordenadora e da gerente do Estação Futuro do Governo do Estado de Pernambuco, que muito contribuíram para a construção dos trabalhos da temática em foco: crianças e adolescentes de rua.

Por fim, cabe agradecer a colaboração prestada pelas ONG's Comunidade dos Pequenos Profetas e Pé no Chão por transmitirem informações que muito enriqueceram os trabalhos.



## Sumário

|                                                                                             | Pág.      |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 Introdução .....</b>                                                                   | <b>06</b> |
| Antecedentes .....                                                                          | 06        |
| Identificação do objeto de auditoria .....                                                  | 06        |
| Objetivos e escopo da auditoria .....                                                       | 07        |
| Metodologia.....                                                                            | 07        |
| Organização do relatório.....                                                               | 08        |
| <b>2 Visão geral .....</b>                                                                  | <b>09</b> |
| Objetivos e público-alvo .....                                                              | 09        |
| Responsáveis .....                                                                          | 09        |
| Histórico .....                                                                             | 09        |
| Legislação .....                                                                            | 10        |
| Relevância .....                                                                            | 10        |
| Ações desenvolvidas .....                                                                   | 11        |
| Lógica do programa e sua estrutura .....                                                    | 12        |
| Aspectos orçamentários .....                                                                | 14        |
| Sistema de controle .....                                                                   | 15        |
| <b>3 Estrutura disponibilizada .....</b>                                                    | <b>16</b> |
| Alimentação fornecida no RECICRIAR.....                                                     | 16        |
| Disponibilização de vestuário.....                                                          | 17        |
| Estrutura física .....                                                                      | 17        |
| Manutenção dos equipamentos.....                                                            | 18        |
| Disponibilização de transporte.....                                                         | 20        |
| Número de Educadores Sociais de Rua.....                                                    | 21        |
| Material de apoio pedagógico.....                                                           | 22        |
| <b>4 Ações de sensibilização, acolhida, reintegração e monitoramento desenvolvidas.....</b> | <b>23</b> |
| Proposta pedagógica.....                                                                    | 23        |
| Capacidade dos equipamentos de atração e de acolhida temporária.....                        | 24        |
| Ações para a reintegração das crianças e adolescentes às famílias e à sociedade.....        | 25        |
| Monitoramento das crianças e adolescentes reintegradas às famílias.....                     | 26        |
| <b>5 Articulação da PCR com outras entidades e órgãos.....</b>                              | <b>27</b> |
| Crianças e adolescentes oriundas de outros municípios.....                                  | 27        |
| Articulação do Travessia com as Secretarias da PCR e com o Governo do Estado.....           | 27        |
| Divulgação das ações do Programa.....                                                       | 28        |
| <b>6 Monitoramento e indicadores de desempenho do Programa .....</b>                        | <b>29</b> |
| <b>7 Outras considerações.....</b>                                                          | <b>30</b> |
| Formalização do Programa.....                                                               | 30        |
| Comunicação dos ESR.....                                                                    | 30        |
| Unidades não visitadas.....                                                                 | 30        |



|                                                  |           |
|--------------------------------------------------|-----------|
| <b>8 Análise dos comentários do gestor .....</b> | <b>31</b> |
| <b>9 Conclusão .....</b>                         | <b>52</b> |
| <b>10 Proposta de encaminhamento .....</b>       | <b>53</b> |
| <b>Apêndice I – Lista de siglas .....</b>        | <b>58</b> |
| <b>Apêndice II – Lista de figuras.....</b>       | <b>59</b> |
| <b>Apêndice III – Lista de tabelas.....</b>      | <b>59</b> |



## Resumo

A presente auditoria operacional foi realizada pelo Grupo de Trabalho de Auditoria de Natureza Operacional - ANOP do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco no período de abril a julho de 2006, tendo por objeto o Programa Travessia, criado pela Prefeitura da Cidade do Recife e sob a responsabilidade do Instituto de Assistência Social e Cidadania - IASC.

O Travessia objetiva a acolhida e a atenção integral às crianças, adolescentes e adultos em situação de rua, risco e vulnerabilidade na cidade do Recife, mediante a integração das políticas setoriais, visando à inclusão social e à superação de desigualdades encontradas, possibilitando o resgate de direitos, da auto-estima e a reconstrução dos projetos de vida do público-alvo, tendo sido focadas neste trabalho as ações do programa destinadas a crianças e adolescentes em situação de rua e risco.

Identificou-se, na fase de planejamento, a existência de alguns problemas de ordem operacional e estrutural, bem como na promoção de ações intersetoriais que podem estar comprometendo o alcance dos resultados esperados pelo programa. Sendo assim, o trabalho voltou-se para a análise de três questões de auditoria: 1) se a estrutura disponibilizada para o programa é compatível com os objetivos a serem atingidos; 2) se as ações desenvolvidas pelo programa (sensibilização, acolhida, reintegração e monitoramento) têm contribuído para a superação da situação de rua e risco de crianças e adolescentes; e 3) se a Prefeitura da Cidade do Recife - PCR tem se articulado com outras entidades e órgãos, contribuindo para diminuir a situação de rua e risco das crianças e adolescentes da cidade do Recife.

As estratégias metodológicas utilizadas para responder às questões de auditoria foram: visita exploratória, visita de estudo – com a realização de entrevistas, questionários e grupos focais - pesquisa via *internet* e pesquisa documental. As principais limitações para o desenvolvimento das atividades propostas estão ligadas à falta de confiabilidade e precisão dos dados disponíveis, bem como à falta de conhecimento especializado da equipe de auditoria que permita análises mais profundas relacionadas ao valor nutricional da alimentação fornecida, bem como da adequação da proposta pedagógica e do método utilizado.

As principais constatações da auditoria foram relacionados à: a) disponibilização de alimentação, vestuário, transporte, pessoal, material de apoio pedagógico e condições da estrutura física e manutenção dos equipamentos; b) inexistência de proposta psicopedagógica, equipamentos subutilizados, insuficiência das ações de reintegração dos beneficiários e precariedade do monitoramento das crianças e adolescentes reintegrados; c) articulação insuficiente com secretarias da PCR e com o Governo do Estado de Pernambuco e divulgação insuficiente do Programa.

A partir desses achados, e da identificação de suas causas e efeitos, foram emitidas recomendações, cuja implementação – espera-se – venha a contribuir para que o Programa Travessia disponibilize as condições necessárias para que suas ações sejam mais efetivas.



## **1 Introdução**

### **Antecedentes**

- 1.1 Tendo em vista o Termo de Designação de Auditoria – TDA nº. 04/2006, de 28/03/2006, ficou determinada a realização de auditoria de natureza operacional no Programa Travessia, da Prefeitura do Recife, cuja gestão encontra-se sob a competência do Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC. O processo de Auditoria Especial, TC nº 0601335-1, foi formalizado tendo como relator o conselheiro Roldão Joaquim.
- 1.2 O Instituto de Assistência Social e Cidadania -IASC é uma autarquia municipal ligada à Secretaria da Política de Assistência Social - SAS, e foi instituído pela Lei nº. 16.845, de 4/2/2003, passando a funcionar, efetivamente, a partir de maio de 2003. O IASC veio a absorver as funções da extinta Legião Assistencial do Recife - LAR, assumindo o encargo de gerenciar e promover as ações de inclusão e proteção social, ao passo que a referida Secretaria manteve as ações de prevenção e promoção social.
- 1.3 O presente trabalho trata do relatório de auditoria, na modalidade Avaliação de Programa, aplicando técnicas, procedimentos e metodologia específicos, desenvolvidos neste Tribunal sob a denominação Auditoria de Natureza Operacional – ANOP.

### **Identificação do objeto de auditoria**

- 1.4 O objeto desta auditoria é o Programa Travessia, coordenado pelo IASC, destinado à acolhida e atenção integral de famílias, crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de rua, risco e vulnerabilidade na cidade do Recife. Tem como objetivo a inclusão social e a superação das desigualdades e iniquidades encontradas, possibilitando o resgate dos direitos, da auto-estima e dos projetos de vida dessas pessoas, bem como a convivência familiar e comunitária.
- 1.5 A Política Municipal de Assistência Social tem como referência a Constituição Federal (1988), a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (1993), a Política Nacional de Assistência Social (2004) e a Norma Operacional Básica – NOB (2005), na perspectiva da implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. A NOB prevê a habilitação dos municípios em gestão inicial, básica ou plena. O Município do Recife habilitou-se, em 2005, em Gestão Plena por cumprir com os requisitos previstos, assumindo a gestão das ações de assistência social na cidade.



## Objetivos e escopo da auditoria

- 1.6 Durante a etapa de planejamento, foram constatados problemas de ordem operacional e estrutural, bem como na promoção de ações intersetoriais que estão comprometendo o alcance dos resultados esperados do programa.
- 1.7 Para a verificação desses aspectos, a auditoria subdividiu sua análise em três questões para a avaliação do programa. A primeira examinou se a estrutura disponibilizada é compatível com os objetivos a serem atingidos. A segunda analisou se as ações desenvolvidas pelo programa (sensibilização, acolhida, reintegração e monitoramento) têm contribuído para a superação da situação de rua e risco de crianças e adolescentes. A última verificou se a Prefeitura da Cidade do Recife tem se articulado com outras entidades e órgãos, contribuindo para diminuir a situação de rua e risco das crianças e adolescentes de rua do Recife.

## Metodologia

- 1.8 Para análise das questões de auditoria, foram utilizadas visitas exploratórias, visitas de estudo, pesquisa via *internet*, pesquisas documentais. As principais fontes de informação foram as entrevistas aplicadas ao gestor e aos diretores; os questionários aplicados aos gerentes, assistentes sociais, psicólogos e educadores sociais dos equipamentos de atração e de acolhida; e a realização de grupos focais com os Educadores Sociais de Rua – ESR, com beneficiários e não beneficiários buscando a percepção deles a respeito do programa.
- 1.9 Na fase de planejamento foram realizadas visitas no equipamento de atração Recicriar, no equipamento de fixação Espaço Travessia Bairro do Recife e na casa de acolhida temporária Novos Rumos.
- 1.10 Nas visitas de estudo, foram feitos exames *in loco* conforme quadro a seguir:

**Tabela 1** – Locais visitados.

| Local       | Tipo                               | Instrumento de coleta | Participantes                                                               |
|-------------|------------------------------------|-----------------------|-----------------------------------------------------------------------------|
| IASC        | Entidade responsável pelo programa | Entrevistas           | Presidente, diretoras de média e alta complexidade, coordenadora pedagógica |
| Recicriar   | Espaço de atração diurno           | Questionários         | Gerente, assistente social, psicólogo e educadores sociais do equipamento.  |
| Recifazer   | Espaço de atração noturno          | Questionários         | Gerente, assistente social, psicólogo e educadores sociais do equipamento   |
| Novos Rumos | Casa de                            | Questionários, grupo  | Gerente, assistente                                                         |



|                              |                                                                    |                              |                                                         |                                   |
|------------------------------|--------------------------------------------------------------------|------------------------------|---------------------------------------------------------|-----------------------------------|
|                              | acolhida temporária – meninos de 12 a 18 anos                      | focal                        | social, educadores e equipamento beneficiários          | psicólogo, socias do e            |
| Andaluz                      | Casa de acolhida temporária – meninas, de 12 a 18 anos, com filhos | Questionários.               | Gerente, social, educadores e equipamento beneficiários | assistente psicólogo, socias do e |
| Raio de Luz <sup>1</sup>     | Casa de acolhida temporária – meninas de 07 a 18 anos              | Questionários e grupo focal. | Gerente, social, educadores e equipamento               | assistente psicólogo e socias do  |
| Comunidade Pequenos Profetas | ONG                                                                | Grupo focal                  | Não beneficiários e antigos beneficiários               |                                   |

- 1.11. Durante as visitas aos equipamentos foram feitas observações diretas, *in loco*, para confrontá-las com as informações colhidas por meio de entrevistas, questionários e grupos focais.
- 1.12. Foi realizado teste-piloto nas casas de acolhida temporária Novos Rumos e Raio de Luz, com aplicação de questionários, e realizado grupo focal com os educadores sociais de rua. O objetivo do teste-piloto é aperfeiçoar os instrumentos de coleta de dados e mensurar o tempo necessário para a execução dos trabalhos. As informações obtidas nos testes-piloto foram utilizadas neste relatório.
- 1.13 Entende-se por espaço de atração o espaço utilizado para acolher a crianças e adolescentes de rua durante o dia ou durante a noite. É o lugar onde já se pode trabalhar as atividades definidas em proposta psicopedagógica<sup>2</sup> teoricamente existente. As crianças e adolescentes podem ou não retornar a esses espaços no dia seguinte conforme seu interesse.
- 1.14 Com relação às casas de acolhida temporária, são espaços onde as crianças e adolescentes de rua passam a residir durante um período máximo de 180 dias. Aqui já se intensificam os trabalhos para tentar inseri-los em programas assistenciais e na escola, bem como as ações que buscam a reinserção nas famílias e na comunidade.

## Organização do relatório

- 1.15 O relatório inicia-se apresentando as razões que originaram a auditoria, a identificação do objeto da auditoria e a metodologia utilizada.

<sup>1</sup> É uma técnica de pesquisa que permite a obtenção de dados de natureza qualitativa a partir de reuniões onde pessoas que compartilham um traço comum discutem vários aspectos de um tema específico.

<sup>2</sup> Proposta em que há a aplicação dos princípios da psicologia à pedagogia.



- 1.16 O capítulo dois é composto pela visão geral do programa. Os três capítulos seguintes abordam as questões de auditoria: o capítulo 3 analisa as informações relativas à estrutura disponibilizada pelo programa; o capítulo 4 disserta sobre as ações de sensibilização, acolhida, reintegração e monitoramento dos beneficiários do programa; o capítulo 5 dispõe sobre a articulação da Prefeitura da Cidade do Recife com outras entidades ou órgãos. O capítulo 6 aborda o monitoramento e indicadores de desempenho do Programa. Os comentários do gestor estão no capítulo 7. Os capítulos 8 e 9 abordam, respectivamente, as conclusões e a proposta de encaminhamento.

## **2 Visão Geral**

### **Objetivos e público-alvo**

- 2.1 O objetivo do Programa Travessia é promover a inclusão social e a superação de desigualdades e iniquidades sociais expressas pela situação de rua e risco, mediante acolhida e atenção integral às famílias, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em situação de rua e risco através das ações desenvolvidas em rede de proteção social especial.
- 2.2 A linha de ação definida pelo programa considera pessoas em situação de rua e risco aquelas que dormem na rua mais de uma noite por semana e que se encontram com os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados. Problema que se reflete na perda de referência habitacional, nas migrações, nos abandonos, nas perambulações por transtornos mentais, no uso de álcool e drogas, violência, entre outros.

### **Responsáveis**

- 2.3 O Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC, autarquia vinculada à Secretaria de Assistência Social da Prefeitura da Cidade do Recife - SAS é a unidade responsável pela execução do Programa Travessia. Desenvolve ações de Proteção Social Especial de Média e de Alta Complexidade, através de programas, projetos, benefícios e serviços de assistência social, tendo como eixo estratégico e prioridade, as ações intersetoriais e o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de ações conjuntas com as entidades não governamentais.

### **Histórico**

- 2.4 No Plano Plurianual - PPA do período 2002-2005, o Poder Executivo Municipal estabeleceu a realização de ações para a promoção da cidadania e luta contra a exclusão social na cidade do Recife. Por conta desta opção estratégica, a PCR reformulou a política e reestruturou a rede de assistência social, cujas repercussões imediatas foram:
- a) fortalecimento e descentralização da estrutura da Secretaria de Assistência Social, com a criação das Coordenadorias Regionais de Assistência Social – CRAS (atualmente, Centros de Referência de Assistência Social – CRAS);
  - b) criação do Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC;



c) extinção da Legião Assistencial do Recife – LAR.

- 2.5 O Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC deu continuidade às ações que eram desenvolvidas pela Legião Assistencial do Recife, mantendo e redimensionando a rede de abrigos destinados às crianças, adolescentes, pessoas adultas e idosas que se encontram em situação de rua e risco, violência doméstica e sexista ou abandono.
- 2.6 No bojo dessa reestruturação da assistência social municipal, foi instituído o Programa Travessia, objeto da presente Auditoria de Natureza Operacional.

### **Legislação**

- 2.7 Embora conste sob a denominação de “Programa” em várias publicações do IASC (como *internet, folders* etc), o Programa Travessia não se encontra instituído nem por lei, nem por decreto do Poder Executivo Municipal, não havendo, assim, norma específica para o Programa. Dessa forma, no âmbito municipal, as normas pertinentes são a lei n.º 16.845/03, que criou o IASC, e a Lei Orçamentária Anual - LOA.
- 2.8 Na Lei Orçamentária Anual de 2005, constava como um “programa guarda-chuva”, que englobava dois outros programas : 1208 - Programa Criança Direito de Ser e 1223 - Programa Assistência Social a Pessoas em Vulnerabilidade. Esses dois programas englobavam ações de proteção à criança e adolescente em situação de risco, gerenciamento de eventos e empreendimentos para geração de receitas beneficentes, acolhimento e convívio social, implantação de serviços de emergência assistencial e estudos e pesquisas.
- 2.9 Na LOA de 2006, entretanto, o Programa Travessia não consta como um programa autônomo, sendo suas ações dispersas em diversos programas : Implementação do Sistema Único de Assistência Social na Cidade do Recife, Assistência Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social e Cidade Amiga da Criança.

### **Relevância**

- 2.10 O crescimento visível do contingente de crianças, adolescentes e jovens em situação de rua não é um fenômeno observado apenas na Região Metropolitana de Recife. Essa situação se apresenta em menor ou maior escala nas diversas regiões metropolitanas do país.
- 2.11 A cidade do Recife está inserida neste contexto e as pesquisas realizadas por órgãos governamentais e não governamentais nas ruas da cidade, confirmam a existência de grande quantidade de crianças e adolescentes em situação de rua e risco, encontrados diariamente em condições de trabalho infanto-juvenil, mendigando, usando drogas, sendo exploradas sexualmente, dormindo nas calçadas, etc.
- 2.12 Em 2003, a Prefeitura do Recife, a Fundação Joaquim Nabuco e o Governo do Estado de Pernambuco realizaram o levantamento apresentado a seguir:



**Tabela 2** – Pesquisa realizada pela Prefeitura do Recife, FUNDAJ e Governo do Estado em 2003.

|                                  |                               |
|----------------------------------|-------------------------------|
| População de rua:                | 2.793                         |
| Idade:                           | De 0 a 21 anos                |
| Dorme pelo menos 1 noite na rua: | 763                           |
| Dormem todas as noites na rua:   | 390                           |
| Possuem residência fixa:         | 2.478                         |
| Possuem residência na rua:       | 270                           |
| Originários do Recife:           | 80%                           |
| Estão na rua a mais de 3 anos:   | 932                           |
| Estão na rua entre 1 e 3 anos:   | 680                           |
| Motivo que os levam para rua:    | busca de complemento de renda |

- 2.13 Número elevado dessas crianças e adolescentes não estudam e estão com os vínculos familiares rompidos ou fragilizados. Esse segmento se mostra desassistido, sendo esta exclusão social associada a insuficientes políticas sociais de garantias de direitos.
- 2.14 Nos termos da Constituição Federal e também do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a convivência familiar e comunitária é direito de toda criança e adolescente e é dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além, de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Nesse sentido o Programa Travessia pretende desenvolver um conjunto de ações visando ao enfrentamento deste grave problema social.
- 2.15 Diante do exposto, a avaliação do Programa Travessia é extremamente relevante e oportuna, pois visa à democratização do acesso aos direitos sociais e à superação das desigualdades e injustiças sociais expressas na problemática que envolve a população em situação de rua e risco nesta cidade.

### **Ações desenvolvidas**

- 2.16 O Programa Travessia sustenta-se em quatro ações básicas:
- a) Estruturação da rede de acolhida e atenção integral a crianças, adolescentes e adultos em situação de rua, risco e vulnerabilidade no Recife, que implica a reestruturação dos abrigos sob gestão do IASC, a incorporação de equipamentos de acolhida já existentes e a construção de novos equipamentos;
  - b) Ação educativa da rua, diálogo com a sociedade acerca da problemática que envolve as pessoas em situação de rua e da importância da participação desta no enfrentamento do problema;

- c) Articulação com a rede complementar, para potencializar a capacidade de acolhida e atenção integral;
- d) Priorização da fixação na comunidade de origem. O eixo da ação é a geração de trabalho e renda; a inclusão pelas expressões culturais e artísticas; e atividades esportivas; a inclusão digital; a segurança alimentar e nutricional. Haverá a priorização das comunidades de onde se originam os maiores fluxos de pessoas para as ruas.

### **Lógica do programa e sua estrutura**

- 2.17 O programa Travessia tem como foco a acolhida e a atenção integral às crianças, adolescentes, adultos e idosos em situação de rua, risco e vulnerabilidade na cidade do Recife, mediante a integração das políticas setoriais.
- 2.18 Os trabalhos da auditoria foram direcionados para as crianças e adolescentes em situação de rua e risco, não sendo abordada, entretanto, a atuação específica do programa relacionada a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, nem tampouco a os adultos e idosos na mesma situação.
- 2.19 A concepção lógica do TRAVESSIA está estruturada em duas linhas básicas de ações que interagem para proporcionar a melhoria das condições de vida das crianças e adolescentes de rua, risco e vulnerabilidade através de uma rede de acolhida e atenção integral organizada de forma descentralizada e hierarquizada, conforme a natureza e o grau de atenção prestada aos usuários:
- Serviços e equipamentos de média complexidade;
  - Serviços e equipamentos de alta complexidade.

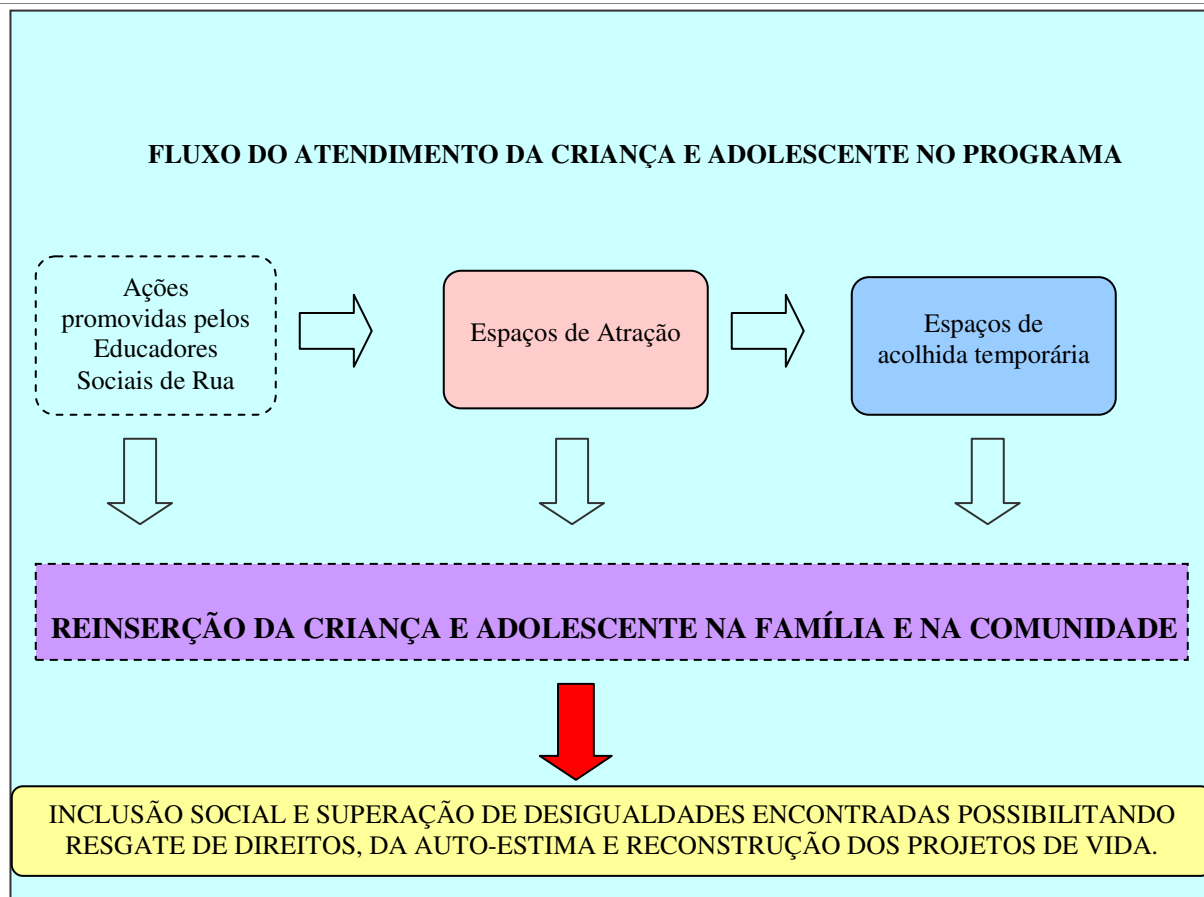
2.20 A figura a seguir demonstra os serviços e equipamentos que compõem as diretorias de alta e média complexidade do IASC.

**Figura 1** – Estrutura do IASC – Diretorias de alta e média complexidade.



- 2.21 Os serviços e equipamentos de média complexidade estão concentrados nas ações iniciais dos Educadores Sociais de Rua – ESR, os quais têm o trabalho voltado para a viabilização de alternativas para a saída das ruas, dando suporte à travessia rua-espço protegido. É também um serviço a partir do qual vários fluxos serão estabelecidos na rede de acolhida. O serviço conta com 19 (dezenove) equipes que, através de roteiros definidos, atuam nas Regiões Político-Administrativas do Recife - RPAs. A metodologia proposta integra ações de abordagem, articulação e encaminhamentos do público alvo aos espaços de atração ou de acolhida temporária.
- 2.22 O programa Travessia conta com 2 (dois) espaços de atração, o Recicriar e o Recifazer. O primeiro acolhe até 30 crianças e adolescentes de rua que chegam a casa para passar o dia e funciona das 8h da manhã às 18h. O Recifazer, com o dobro da capacidade, recebe este mesmo público alvo no horário das 19h às 7h do dia seguinte. Ambos os espaços desenvolvem atividades recreativas e pedagógicas e fornecem alimentação e o equipamento noturno acolhe para a dormida, também. Visam ao acompanhamento dos beneficiários e o retorno às famílias e às comunidades de origem.
- 2.23 Ainda na média complexidade, existem 4 (quatro) espaços de fixação que atendem a crianças e adolescentes de comunidades de risco. Essas crianças estão matriculadas em escolas locais e freqüentam o espaço no outro turno. Nesses equipamentos há atividades pedagógicas e reforço escolar.
- 2.24 A figura 1 a seguir proporciona um melhor entendimento do processo de execução do Programa Travessia no âmbito de crianças e adolescentes em situação de rua e risco.

**Figura 2** – Fluxo do atendimento da criança e adolescente no programa





- 2.25 O Plantão Social é outro serviço da média complexidade voltado para atender às demandas emergenciais da população da cidade do Recife em situação de rua e risco social, vítimas de intercorrências pessoais e de calamidades, possibilitando ao público atendido o resgate de direitos, da auto-estima e a reconstrução dos projetos de vida. Funciona durante o dia, no final de semana e a noite, no sistema de sobreaviso, e de 24h em caso de calamidade.
- 2.26 Os serviços e equipamentos de alta complexidade englobam os espaços de acolhida temporária, que atendem às crianças e adolescentes em situação de rua, risco e vulnerabilidade, visando ao acompanhamento dos beneficiários e o retorno às famílias e reinserção comunitária. São eles: Andaluz, Raio de Luz, Casa da Estância, Roda Viva, Baque Solto, Novos Rumos. Cada um dos espaços atende a um perfil definido conforme quadro a seguir:

**Tabela 3** – Equipamentos de alta complexidade.

| Unidade          | Gênero    | Idade        | Nº.vagas | Perfil                                           |
|------------------|-----------|--------------|----------|--------------------------------------------------|
| Novos Rumos      | Masculino | 12 a 18 anos | 20       | Drogas e rua                                     |
| Baque Solto      | Masculino | 12 a 18 anos | 20       | Violência doméstica                              |
| Roda Vida        | Masculino | 7 a 12 anos  | 20       | Violência doméstica                              |
| Andaluz          | Feminino  | 7 a 18 anos  | 8        | Adolescentes mães com ou sem problemas de drogas |
| Raio de Luz      | Feminino  | 7 a 18 anos  | 20       | Drogas e rua                                     |
| Casa da Estância | Feminino  | 7 a 18 anos  | 20       | Violência doméstica                              |

- 2.27 Esclarecemos que a pesquisa nas casas de acolhida restringiu-se àquelas que tratavam de beneficiários com perfil de drogas e rua, quais sejam, Novos Rumos, Andaluz e Raio de Luz.

### Aspectos orçamentários

- 2.28. O Programa Travessia não consta na Lei Orçamentária Anual de 2006 como um programa autônomo. Entretanto, diversas de suas ações aparecem de forma pulverizada em 3 (três) programas com ações a cargo do IASC, da Secretaria de Ação Social, do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e do Fundo Municipal de Saúde – FMS. Transcrevemos a seguir as ações referentes ao IASC, com os respectivos valores previstos na LOA-2006.

Programa 1204 – Implementação do Sistema Único de Assistência Social na Cidade do Recife  
**R\$ 15.790.123,00**

112 – Desenvolvimento de Ações de Proteção Social Especial de Média Complexidade **R\$ 3.241.993,00**

116 – Desenvolvimento de Ações de Proteção Social Especial de Alta Complexidade **R\$ 2.558.022,00**



Programa 1223 – Assistência Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social  
**R\$ 147.200,00**

114 – Gerenciamento de Eventos e Empreendimentos para geração de receitas beneficentes **R\$ 147.200,00**

Programa 1225 – “Cidade Amiga da Criança”  
**R\$ 9.943.169,00**

037 – Consolidação do Programa Travessia

**R\$ 1.558.629,00**

## Sistema de controle

2.29 A Gerência de Vigilância Social, unidade do IASC responsável pela consolidação dos dados do Travessia, está implantando o Sistema de Informação Monitoramento e Avaliação da Assistência Social – SIMAS, nos padrões especificados pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS, cujos principais objetivos estão a seguir relacionados:

- Apoiar a tomada de decisão da gestão da política de assistência social no município;
- Produzir informações gerenciais e estratégicas;
- Produzir conhecimento sobre o conjunto das ações desenvolvidas pela SAS/IASC, abordando os seguintes aspectos:
  - Eficácia quantitativa: cumprimento dos objetivos, metas e resultados;
  - Eficácia qualitativa: uso de metodologia condizente com os objetivos propostos;
  - Efetividade: impactos das ações da SAS/IASC no território de sua abrangência;
  - Eficiência: relação custo/investimento.
- Monitorar os indicadores da oferta e qualidade dos serviços;
- Registrar o fluxo de informações de usuários, entidades e programas, de maneira sistematizada;
- Fornecer informações que possam auxiliar nas tomadas de novas decisões;
- Acompanhar a trajetória do(a) usuário(a) da Assistência Social (referência e contra-referência) através da comparação de dados atuais com dados precedentes, de forma segura e precisa;
- Fornecer uma fonte de dados confiável, padronizada, e sempre atualizada;
- Gerar relatórios quantitativos que possam dar uma visão geral da situação de usuários, entidades, e programas cadastrados no sistema;
- Resgatar informação individual do (a) usuário (a), ou grupos de informações pré-estabelecidas, de forma rápida e segura;
- Oferecer uma busca inteligente dos (as) usuários (as) de forma a evitar dados duplicados, redundantes.

2.30 Quando da realização desta auditoria, os dados relativos à atuação municipal na área de assistência social estavam sendo colhidos através de planilhas e tabelas preenchidas manualmente pelos diversos agentes executores e encaminhadas à Gerência de Vigilância



Social, que se encarrega do tratamento e armazenamento dos dados. Porém, o SIMAS ainda estava em fase de implantação, o tratamento e armazenamento daqueles dados ainda ocorria de forma experimental, restringindo as informações que podem ser fornecidas sobre a atuação assistencial do município.

Os capítulos 3, 4 e 5 a seguir abordam as questões de auditoria e os respectivos achados, para os quais foram formuladas recomendações para o aperfeiçoamento da gestão do Programa Travessia.

### **3 Estrutura disponibilizada**

3.1 A primeira questão de auditoria se propõe a avaliar em que medida a estrutura disponibilizada para o programa é compatível com os objetivos a serem atingidos. As constatações são apresentadas a seguir.

#### **Alimentação fornecida no Recicriar (Espaço de atração)**

3.2 Os questionários aplicados com funcionários e os grupos focais realizados com beneficiários dos equipamentos demonstraram que, em geral, a alimentação é considerada satisfatória. Entretanto, no que se refere especificamente ao Recicriar, a pesquisa revelou que a alimentação fornecida é insatisfatória tanto no que se refere ao sabor, quanto à variedade do cardápio, que não contempla frutas, verduras e legumes, não seguindo, portanto, o mesmo padrão de qualidade dos demais equipamentos visitados pela equipe de auditoria. Também foi constatado que o almoço não é servido na temperatura ideal.

3.3 Nos grupos focais realizados com os beneficiários das casas de acolhida temporária (Novos Rumos e Raio de Luz) e não beneficiários (meninos de rua que estavam na ONG Comunidade dos Pequenos Profetas) a inadequação da alimentação fornecida pelo Recicriar foi confirmada por crianças e adolescentes que já tinham freqüentado o equipamento e que declararam que a comida era “ruim”.

3.4 Diversamente dos outros equipamentos do Programa Travessia, que preparam a alimentação fornecida, no Recicriar a alimentação é preparada por uma empresa terceirizada. Sendo assim, são duas as possíveis explicações para a inadequação da alimentação fornecida pelo Recicriar:

- O edital da licitação para fornecimento da alimentação deixou de especificar de forma satisfatória o padrão de qualidade da alimentação fornecida – no que se refere a condições de apresentação, armazenamento, nutrição e variedade da alimentação;
- Em tendo sido exaustivas tais especificações no edital, o IASC não tem realizado de forma satisfatória a supervisão da qualidade da alimentação fornecida.



- 3.5 Essa deficiência contribui para a evasão das crianças e adolescentes do equipamento, já que uma boa alimentação poderia ser um estímulo para os beneficiários permanecerem no programa.
- 3.6 Assim, propõe-se que o IASC crie mecanismos de controle de qualidade da alimentação disponibilizada pelo Recicriar, especialmente quanto ao sabor e à variedade dos cardápios (com a inclusão de frutas, verduras e legumes).
- 3.7 Espera-se que a implementação dessa medida contribua para a melhoria da alimentação fornecida, sendo mais um estímulo para a permanência dos beneficiários no programa.

### **Disponibilização de Vestuário**

- 3.8 O Programa não disponibiliza vestuário aos beneficiários, sendo tal necessidade parcialmente suprida através de doações. Entretanto, os funcionários, através dos questionários, e os beneficiários, através dos grupos focais, relataram que as doações são insuficientes.
- 3.9 Além de ter um efeito negativo sobre a auto-estima dos beneficiários, quando freqüentam a escola ou cursos profissionalizantes, há a necessidade de calçados apropriados e peças de vestuário para passeios externos.
- 3.10 A grande rotatividade de beneficiários nos equipamentos e a não-realização de campanhas sistemáticas de doação são fatores que dificultam a disponibilização de vestuário pelo programa.
- 3.11 Cabe recomendar que o IASC crie alternativas para que as necessidades de vestuário dos beneficiários sejam supridas de forma sistemática.
- 3.12 Espera-se que a implementação dessas recomendações contribua para a elevação da auto-estima das crianças e adolescentes, facilitando o processo de reintegração à sociedade e uma maior participação dos beneficiários em eventos externos.

### **Estrutura Física**

- 3.13 A estrutura física de alguns equipamentos é inadequada para a realização de atividades recreativas e pedagógicas. Isso foi constatado nas declarações dos funcionários dos equipamentos, através dos questionários, dos beneficiários, nos grupos focais, e na observação direta da equipe de auditoria durante as visitas aos equipamentos.
- 3.14 Observou-se que existem equipamentos onde há carência de espaços abertos para atividades recreativas e pedagógicas, especialmente importantes para os beneficiários oriundos das ruas e, por isso mesmo, acostumados a espaços amplos.

- 3.15 No Recicriar, que é um equipamento de atração, e, assim, a porta de entrada para os meninos de rua, constatou-se que a casa é grande, mas muito dividida em pequenos cômodos, e sem espaços amplos suficientes para atividades recreativas.
- 3.16 Em outros equipamentos, como Novos Rumos, Raio de Luz e Andaluz, não há salas privativas para atendimentos pelo psicólogo e pelo assistente social. Desta forma, a falta de privacidade muitas vezes inibe os beneficiários, prejudicando os atendimentos individuais e a assistência sócio-psicológica a estas crianças e adolescentes.
- 3.17 Assim, recomenda-se ao IASC avaliar se a estrutura física existente nos equipamentos é compatível com as atividades a serem desenvolvidas, definidas em proposta pedagógica, de acordo com os perfis dos beneficiários e proceder aos ajustes necessários.
- 3.18 Dessa forma, espera-se uma melhoria na realização de atividades recreativas e pedagógicas, melhoria no atendimento individual dos beneficiários e diminuição da evasão, contribuindo para a reintegração das crianças e adolescentes.

### Manutenção dos equipamentos

- 3.19 A manutenção dos espaços de atração e acolhida em relação à estrutura física, mobiliário, equipamentos eletro-eletrônicos e materiais de cozinha, não ocorre de maneira célere e satisfatória, acarretando várias dificuldades operacionais, impedindo a realização de algumas atividades e contribuindo para a evasão.
- 3.20 Essa situação foi relatada por alguns funcionários dos equipamentos, os quais responderam aos questionários, e pelo gerente e assessores da média complexidade, através de entrevistas. Além disso, durante as visitas exploratórias e de estudo foram detectados problemas de goteiras, TVs e máquinas de lavar roupas quebradas, camas e colchões não repostos, banheiros quebrados e algumas áreas dos equipamentos sem condições de uso.

**Figura 3** – Pia sem condição de uso no Recicriar.



Fonte: Equipe de auditoria

**Figura 4** – Parede mofada no Andaluz.



- 3.21 Todos os pedidos de manutenção, envolvendo consertos ou reposições, são encaminhados para o IASC e o retorno dessas solicitações costuma ser bastante demorado, o que indica a inexistência de um processo sistematizado para a manutenção das casas.
- 3.22 Além da inadequação do trabalho de manutenção, contribui para as más condições dos equipamentos de atração e de acolhida a depredação realizada pelos próprios beneficiários. Nesse sentido, houve relatos de que em algumas casas os beneficiários furtaram calhas de escoamento da chuva, incendiaram camas e quebraram eletrodomésticos.

**Figura 5** – Banco quebrado no pátio do Recicriar.



Fonte: Equipe de auditoria

- 3.23 Segundo especialistas da área, que contribuíram para esta avaliação, esse tipo de comportamento por parte dos beneficiários demonstra a não integração destes aos equipamentos do Travessia e a não compreensão de que se tratam de ambientes de acolhida e segurança que devem ser respeitados e preservados. A existência de um “ritual de entrada” nos equipamentos com a explicação do porquê preservá-los, bem como a exposição de que a depredação se reverte em um mal para os próprios beneficiários, tem um efeito pedagógico importante, e o não respeito a essas regras passa a ser reprovada pelos próprios colegas.
- 3.24 A inadequação das condições dos equipamentos – com as deficiências na estrutura física, a falta de eletrodomésticos e de móveis - limita ainda mais os atrativos para a permanência nas casas, dificultando a realização de algumas atividades (como a exposição de filmes e os trabalhos com música), desmotivando os funcionários e contribuindo para a evasão dos beneficiários. Embasam esse entendimento os relatos colhidos na pesquisa sobre o descontentamento dos beneficiários com a ociosidade existente nos equipamentos.
- 3.25 Dessa forma, recomenda-se a estruturação do setor responsável pela manutenção dos espaços de atração e acolhida para que este atenda de forma eficiente as necessidades dessas unidades. Recomenda-se também que sejam intensificadas as ações de valorização da relação entre criança e adolescente e os equipamentos, objetivando diminuir a depredação.



- 3.26 Espera-se com essas recomendações que os equipamentos disponibilizados pelo Travessia passem a ser condizentes com sua proposta de serem espaços para o resgate da auto-estima e de preparação para a reintegração desses beneficiários à sociedade.

### **Disponibilização de Transporte**

- 3.27 Foi constatado que a disponibilização de transporte não atende às necessidades dos equipamentos e dos Educadores Sociais de Rua - ESR, restringindo a realização de atividades externas, como visitas aos familiares, e dificultando o atendimento dos beneficiários e os trabalhos relacionados com a coordenação pedagógica junto aos equipamentos.
- 3.28 A insuficiência do transporte oferecido pelo Programa Travessia foi a dificuldade mais citada durante as visitas exploratórias aos equipamentos e confirmada nas entrevistas realizadas com funcionários do IASC, de equipamentos de atração e de casas de acolhida temporária, bem como nos grupos focais com Educadores Sociais de Rua.
- 3.29 São muitas as atividades que necessitam de transporte e sua falta tem prejudicado – e em algumas situações impedido - a realização de trabalhos indispensáveis para a efetividade do programa.
- 3.30 Os ESR não são responsáveis apenas pelo encaminhamento de crianças e adolescentes em situação de rua aos equipamentos do Travessia. Quando há a possibilidade de retorno imediato à família, os ESR precisam ir às casas das famílias das crianças e adolescentes, fazendo um trabalho individual de convencimento. Também há situações em que as crianças e adolescentes, por estarem ameaçadas de morte, não podem ficar nos equipamentos do Travessia e os ESR precisam levá-los para casas mantidas por outras instituições.
- 3.31 Os ESR também levam pessoas em situação de rua para que tirem seus documentos e para o Conselho Tutelar. Para todas essas demandas, cada equipe de ESR dispõe de transporte uma vez por semana ou a cada 15 (quinze) dias, o que foi considerado insuficiente por eles. Houve relatos de casos em que após semanas de sensibilização, quando finalmente há o convencimento do morador de rua para ser transferido a um dos equipamentos, não há transporte para levá-lo e aquele beneficiário é “perdido”.
- 3.32 No que se refere aos equipamentos, cada um deveria dispor de transporte – segundo escala feita pelo IASC – duas ou três vezes por semana, em um dos turnos. Entretanto, foi detectado, em todos os equipamentos visitados, que a disponibilidade de transporte não tem sido cumprida, em parte porque os veículos quebram com frequência, e em parte porque a escala é descumprida sempre que há alguma necessidade considerada prioritária, como o transporte de um beneficiário para outro município.
- 3.33 Ocorre que essa inconstância na disponibilização de veículos compromete a realização das atividades com as crianças e adolescentes bem como as visitas às suas famílias. Destaque-se que, quando há falta, não tem havido reposição dos dias sem transporte, ocasionando o acúmulo de atividades externas a serem realizadas.
- 3.34 Essa deficiência crônica de transporte tem prejudicado – segundo relatos dos funcionários dos equipamentos – os trabalhos de sensibilização das famílias e de monitoramento das



crianças e adolescentes que foram reintegrados. Além disso, segundo informação colhida em dois equipamentos, os veículos destinados para esse trabalho de visitas não sobem ladeiras prejudicando ainda mais esse trabalho em áreas de morro.

- 3.35 Ademais, as deficiências de transporte limitam a atuação dos educadores, já que a realização de passeios, por exemplo, para museus, teatros e parques, que contribuiriam no processo de formação e de ressocialização das crianças e adolescentes são bastante limitados. Para garantir a realização dessas atividades, alguns educadores levam os beneficiários em transporte público, o que – especialmente no caso de crianças mais novas – representa um risco.
- 3.36 A situação relatada evidencia porque 91,67% dos funcionários questionados nos equipamentos de atração e de acolhida responderam que o transporte não atende ou atende mais ou menos às necessidades. Ressalte-se ainda que todas as casas visitadas estavam com ocupação abaixo de sua capacidade, o que indica que se o Travessia estivesse atuando em sua capacidade máxima a deficiência de transporte seria um problema ainda mais grave.
- 3.37 Por fim, também foi identificado que os trabalhos relacionados com a coordenação pedagógica junto aos equipamentos têm sido dificultados em razão da pouca disponibilidade de veículos.
- 3.38 Por todo exposto, recomenda-se que seja feito levantamento das necessidades de veículos em cada uma das atividades do Programa Travessia e que seja disponibilizado transporte em condições satisfatórias de uso e na frequência necessária a atender às necessidades dos equipamentos, dos Educadores Sociais de Rua e da coordenação pedagógica.
- 3.39 Objetiva-se com essa recomendação colaborar para que a deficiência de transporte deixe de ser um obstáculo para a realização de atividades rotineiras e essenciais para a efetividade do programa.

### **Número de Educadores Sociais de Rua**

- 3.40 A concepção do Programa tem como elemento central a sua capacidade de permitir que o público alvo faça a “Travessia”, ou seja, a passagem de um ambiente inadequado para um ambiente seguro com oportunidades para o resgate da cidadania. Sendo assim, o número de agentes envolvidos com esse primeiro passo é um recurso importante para a efetividade do programa.
- 3.41 Não obstante essas considerações, verificou-se que há um número insuficiente de ESR para identificar e atrair a população alvo do Programa, seja para reinseri-los nas famílias/comunidade, seja para encaminhá-los aos espaços de atração/acolhida, comprometendo o atingimento das metas do programa.
- 3.42 Este fato foi identificado através de declarações colhidas nas entrevistas com a diretoria e a gerência da Média Complexidade, nos questionários aplicados aos funcionários dos equipamentos, e nos grupos focais com os Educadores Sociais de Rua.
- 3.43 O número de pessoas em situação de rua, a dificuldade na abordagem e no convencimento do público alvo e o caráter “personalíssimo” da intervenção – caso a caso, com encaminhamentos distintos – afasta a idéia de um trabalho “por produção” sendo, ao contrário, um trabalho feito de conquistas diárias e nem sempre mensuráveis. Como

consequência – de acordo com os depoimentos dos entrevistados e com a observação de que os equipamentos estão subocupados – constata-se que o Travessia não está conseguindo resgatar um quantitativo expressivo do seu público alvo.

- 3.44 Dessa forma, recomenda-se que seja realizado um diagnóstico das necessidades de Educadores Sociais de Rua em cada RPA, de forma que esta quantidade seja redimensionada e atenda de forma mais eficiente às demandas público alvo do programa.
- 3.45 Busca-se com a implementação dessa recomendação contribuir para a diminuição do número de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade do Recife.

### **Material de apoio pedagógico**

- 3.46 Verificou-se que a disponibilização do material de apoio pedagógico é insuficiente e sem regularidade, dificultando o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Esse achado foi identificado através dos questionários com os funcionários dos equipamentos, de grupos focais com beneficiários e da observação direta nas visitas realizadas aos equipamentos.
- 3.47 De acordo com os funcionários questionados, a disponibilização de material pedagógico não ocorre de forma sistematizada e de acordo com as necessidades de cada casa. Não se trata de um atraso eventual, não há mesmo uma entrega sistemática. Em razão disso, as atividades pedagógicas ocorrem sem muito planejamento pois estas dependem do tipo de material disponível em cada casa. Existem atividades, mas estas não obedecem a uma programação.
- 3.48 Essa situação é ainda mais prejudicial nas casas de acolhida que cuidam de adolescentes, pois estes não têm a permissão para sair do equipamento – a não ser para frequentar cursos, escola etc – ao contrário do que ocorre nos equipamentos de atração e a falta de atividades deixa-os desmotivados e irritados. Ressalte-se que muitos adolescentes estudam à noite e foi identificado que nesses equipamentos muitas vezes não há nenhuma atividade durante o dia.
- 3.49 Existem algumas atividades como os trabalhos de artesanato com papel no “Novos Rumos” e com bijuterias no “Raio de Luz”, mas estas são pontuais, não estando inseridas em uma programação com atividades diversificadas e diárias previstas em um planejamento.

**Figura 6** – Artesanato produzido por beneficiários do Novos Rumos.



Fonte: Equipe de auditoria



- 3.50 A ausência desse material evidencia que o programa não está disponibilizando recursos que permitam trabalhos de resgate da auto-estima e do desenvolvimento dessas crianças e adolescentes mas, ao contrário, a falta de atividades deixa os beneficiários entediados, favorecendo a evasão dos equipamentos. Além disso, a ausência de recursos para trabalhar deixa os funcionários desmotivados.
- 3.51 Recomenda-se, portanto, que o Travessia supra os equipamentos de material de apoio pedagógico em quantidade e variedade suficientes, e com regularidade, para que a proposta pedagógica e o planejamento para sua execução sejam possíveis de serem cumpridos.
- 3.52 Objetiva-se com essa recomendação que os equipamentos de atração e de acolhida do Travessia disponham de material pedagógico que permita a realização de atividades pedagógicas regulares para o resgate da auto-estima e da motivação dessas crianças e adolescentes, facilitando sua reintegração à sociedade.

#### **4. Ações de sensibilização, acolhida, reintegração e monitoramento desenvolvidas**

- 4.1 Este item do relatório aborda a segunda questão de auditoria, que se propõe a avaliar em que medida as ações de sensibilização, acolhida, reintegração e monitoramento desenvolvidas pelo programa têm contribuído para a superação da situação de rua e risco das crianças e adolescentes. As constatações são apresentadas a seguir.

##### **Proposta pedagógica**

- 4.2 Tendo-se por base as informações obtidas em entrevistas com a coordenação pedagógica do programa e com funcionários dos equipamentos, além da observação direta durante as visitas sobre as atividades oferecidas aos beneficiários, ficou evidenciada a inexistência no Programa de uma proposta pedagógica estruturada para os diferentes perfis que este atende e a insuficiência nos equipamentos de atividades que desenvolvam a auto-estima e promovam o resgate da cidadania e dos “sonhos” das crianças e adolescentes.
- 4.3 A inexistência de proposta pedagógica também foi evidenciada pela resposta a solicitação de documentos nº 01/06: o IASC não anexou nenhuma documentação comprobatória da existência dessa proposta e limitou-se a informar que “(...) a proposta pedagógica está sendo reestruturada”.
- 4.4 A investigação sobre as atividades realizadas nos equipamentos do IASC também demonstrou que não existe uma integração entre o trabalho pedagógico e o trabalho realizado com psicólogos e assistentes sociais, ou seja, não existe um planejamento psicopedagógico para os beneficiários com trabalhos que não apenas os entretenham, mas sejam instrumentos de resgate de auto-estima e de cidadania.
- 4.5 Durante as visitas de estudo foi evidenciado que em alguns equipamentos – em especial nas casas de acolhida temporária – não há uma programação de atividades para os beneficiários. Há algumas atividades, mas elas não ocorrem sistematicamente e com isso as crianças e adolescentes passam os dias ociosos. Essa situação é ainda mais danosa para os



adolescentes que, em razão da faixa etária, estudam à noite e passam o dia sem nenhuma atividade.

- 4.6 A causa apontada para essas lacunas é a não priorização, pelo Programa Travessia, do aspecto psicopedagógico a ser trabalhado com os beneficiários. A designação de apenas um profissional para planejar e coordenar esses trabalhos em 16 (dezesesseis) equipamentos do Travessia demonstra essa opção.
- 4.7 A inexistência de tal proposta resulta na falta de atratividade dos equipamentos para as crianças e adolescentes neles ingressarem e ali permanecerem, o que é evidenciado pelo alto índice de evasão e pela subocupação de todos os equipamentos visitados.
- 4.8 Além disso, a inexistência de uma estrutura psicopedagógica vai de encontro a razão de ser do Travessia, que não se propôs a oferecer apenas acolhida a essas crianças e adolescentes, mas se dispôs a romper com a antiga visão de “abrigos”, a ser uma nova visão de assistência social e a oferecer alternativas para o resgate da auto-estima e da cidadania dos beneficiários, para que estes façam a “travessia” para uma vida mais digna. Sendo assim, a situação tratada neste item tem implicação direta na efetividade do programa.
- 4.9 Cabe aqui registrarmos como boa prática, as atividades pedagógicas do equipamento de fixação “Bairro do Recife”. Este equipamento dispõe de uma programação de atividades diárias – como oficinas de percussão e de pintura - fazendo com que as crianças não fiquem ociosas, o que torna tal equipamento muito mais atraente para os beneficiários.
- 4.10 Recomenda-se que seja elaborada e implementada uma proposta psicopedagógica de acordo com o perfil de cada um dos equipamentos, possibilitando que os mesmos passem a dispor de uma programação de atividades diárias que trabalhem o resgate da auto-estima e da cidadania dos beneficiários.
- 4.11 Pretende-se que a observância de tal recomendação resulte em equipamentos mais atrativos, de forma que as crianças e adolescentes sintam-se motivados a neles ingressarem e ali permanecerem, bem como dote os equipamentos de condições favoráveis a trabalhar o resgate da auto-estima e da cidadania, contribuindo para o processo de reintegração à família e à sociedade.

### **Capacidade dos equipamentos de atração e de acolhida temporária**

- 4.12 A quantidade de crianças e adolescentes atendidos nos equipamentos de atração/acolhida temporária é inferior à capacidade máxima prevista para os equipamentos. Isso foi constatado nas entrevistas dos gerentes da Média Complexidade, nos questionários aplicados aos funcionários dos equipamentos, na observação direta da equipe de auditoria durante as visitas realizadas, e em consultas aos registros das casas.
- 4.13 Foram identificadas como condições que contribuem para a subocupação dos equipamentos a pouca atratividade destes para o público alvo e as condições insuficientes de trabalho para os ESR sensibilizarem as crianças e adolescentes a frequentarem os equipamentos.
- 4.14 No que se refere aos equipamentos, estes não possuem espaços adequados para a realização de atividades recreativas e pedagógicas, nem estas ocorrem com o planejamento e a frequência adequada. Além disso, a dificuldade para a inclusão dos jovens em cursos profissionalizantes também contribui para a pouca atratividade dos equipamentos.



- 4.15 Em relação aos Educadores Sociais de Rua, as suas condições restritas de trabalho – como falta de transporte e número reduzido de ESR nas RPAs – também prejudicam o trabalho de sensibilização realizado com as crianças e adolescentes de rua, limitando o número de abordagens.
- 4.16 Como consequência, evidencia-se a utilização ineficiente dos recursos, já que os custos fixos – cujos expoentes são as despesas com pessoal e com aluguel das casas – correspondem a percentual significativo dos custos totais desses equipamentos. Urge portanto, a necessidade de reverter essa situação, com a utilização eficiente desses espaços.
- 4.17 Recomenda-se ao IASC verificar se estão sendo fornecidas condições de trabalho suficientes para os ESR desenvolverem suas atividades de forma a atrair mais crianças e adolescentes de rua para os espaços seguros, além de adequar os espaços de atração e acolhida temporária para torná-los atraentes ao público alvo a que se destinam, visando à permanência dos mesmos nos equipamentos.
- 4.18 Espera-se, com isso, uma otimização dos recursos, atendendo a uma quantidade maior de crianças e adolescentes em situação de rua e risco.

#### **Ações para a reintegração das crianças e adolescentes às famílias e à sociedade**

- 4.19 Das entrevistas com os diretores, dos questionários aplicados aos gerentes e funcionários, bem como das consultas aos registros dos equipamentos, ficaram evidenciados os seguintes aspectos:
- O Programa não dispõe de estrutura suficiente para visitar sistematicamente as famílias dos beneficiários;
  - Há dificuldade para inserção dos beneficiários em cursos profissionalizantes;
  - O apoio psicológico, tanto para os beneficiários como para as suas famílias é insuficiente.
- 4.20 As principais causas apontadas para esta deficiência do Programa foram: a) insuficiente estrutura de transporte e de pessoal para visitar as famílias; b) falta de cursos profissionalizantes que atendam ao perfil dos beneficiários; c) insuficiência de psicólogos e assistentes sociais.
- 4.21 As insuficiências e dificuldades apontadas contribuem para dificultar a reintegração dos beneficiários na família/sociedade, levam a uma falta de perspectiva dos mesmos quanto ao seu futuro, bem como facilitam o retorno à situação de rua daquelas crianças e adolescentes reinseridas na família/sociedade, por falta de assistência familiar ou da não inserção do beneficiário em atividades produtivas.
- 4.22 Com relação ao contato com a família do beneficiário, cabe-nos registrar uma boa prática adotada no espaço de atração Recifazer. Ali, mensalmente, as famílias são convidadas a irem ao equipamento para participar das atividades e interagirem com as crianças e adolescentes, favorecendo a reaproximação das famílias com os seus filhos.
- 4.23 Para sanar essa deficiência do Programa, apresentamos as seguintes recomendações: a) estruturar o setor de transportes de forma que não haja indisponibilidade de veículos para a realização periódica de visitas de monitoramento e sensibilização às famílias dos



beneficiários; b) estruturar o quadro de psicólogos e assistentes sociais em número suficiente para a realização das referidas visitas; c) desenvolver ações no sentido de inserir os beneficiários e as famílias em outros programas sociais, em cursos profissionalizantes e de oferecer-lhes orientação psicológica para garantir a efetividade das reinserções, evitando o retorno à situação de rua.

- 4.24 A implementação de tais recomendações contribuirá para que as famílias sensibilizadas para receberem de volta as crianças e adolescentes em situação de rua, numa maior quantidade de crianças e adolescentes reintegradas às famílias e à sociedade, bem como na diminuição do retorno das crianças e adolescentes reintegradas à anterior situação de rua.

### **Monitoramento das crianças e adolescentes reintegrados às famílias**

- 4.25 Em entrevistas com diretores e gerentes da Média e da Alta Complexidade, e através dos questionários aplicados aos funcionários dos equipamentos, ficou constatado que o monitoramento das crianças e adolescentes que foram reintegrados às famílias não é feito de forma sistemática, muitas vezes não havendo nenhuma visita à criança e adolescente reintegrado.
- 4.26 As poucas condições oferecidas, com destaque para a insuficiência de pessoal e de transporte para visitar as famílias, foram apontadas na pesquisa como o grande obstáculo à realização desse monitoramento.
- 4.27 Como estes problemas também comprometem a fase de sensibilização e atendimento das famílias para o retorno das crianças e adolescentes, verificou-se que o monitoramento não é uma etapa priorizada pelo programa com base no pressuposto de que essas crianças já estariam reintegradas definitivamente. Essa interpretação é reforçada na falta de definição pelo programa quanto ao quantitativo e a frequência de contatos com as famílias após a reintegração, ficando a critério de cada equipamento.
- 4.28 Isto ocasiona a ausência de informação para aferir a efetividade da reintegração da criança e adolescente à sua família, e também, a não-identificação de possíveis dificuldades encontradas pela criança e adolescente neste processo, impossibilitando a adoção de medidas que evitem o retorno à situação de rua.
- 4.29 Assim, propõe-se que o IASC promova mecanismos de monitoramento das crianças e adolescentes reintegradas às famílias com o objetivo de impedir que haja um retorno dos mesmos à situação de rua e risco.
- 4.30 Espera-se, desta forma, que a existência destas informações permitam aferir a efetividade da reintegração das crianças e adolescentes e a adoção de medidas tempestivas com vistas a garantir o sucesso deste processo e conseqüentemente do programa.



## **5. Articulação da PCR com outras entidades e órgãos**

- 5.1 Este item do relatório aborda a terceira questão de auditoria, que se propõe a avaliar em que medida a PCR tem se articulado com outras entidades e órgãos, contribuindo para diminuir a situação de rua e risco das crianças e adolescentes da cidade do Recife. As constatações são os apresentados a seguir.

### **Crianças e adolescentes oriundas de outros municípios**

- 5.2 De acordo com declarações do gestor do programa, bem como dos gerentes da alta e da média complexidade e dos gerentes dos equipamentos, em entrevistas realizadas, existem crianças e adolescentes de rua na cidade do Recife que são oriundas de outros municípios.
- 5.3 Esse fato sinaliza que há uma insuficiência de programas destinados a atender à população de rua em municípios vizinhos, bem como uma pouca articulação do Recife com estes para o desenvolvimento de ações conjuntas.
- 5.4 Com isso, há um aumento do público alvo e também das dificuldades para o desenvolvimento das atividades de sensibilização e monitoramento das famílias desses beneficiários oriundos de outros municípios, por conta da distância.
- 5.5 Ressalte-se a iniciativa dos municípios de Recife, Olinda, Jaboatão e Camaragibe, que em 22/03/2006, assinaram um termo de compromisso com o objetivo de promover a integração da Região Metropolitana do Recife - RMR nas ações de atenção integral e garantir o direito à convivência familiar e comunitária às crianças e adolescentes em situação de rua e risco social e pessoal nesses quatro municípios.
- 5.6 Recomenda-se à Prefeitura da Cidade do Recife - PCR o fortalecimento da articulação com os demais municípios da RMR, em especial quanto à implementação das ações previstas no Termo de Compromisso datado de 22/03/2006, assinado pelas prefeituras do Recife, Olinda, Jaboatão e Camaragibe.
- 5.7 Como benefício esperado teríamos a diminuição do número de crianças e adolescentes de outros municípios nas ruas do Recife e atendidas pelo Programa Travessia, pois estes passariam a ser atendidos em seu próprio município.

### **Articulação do Travessia com as Secretarias da PCR e com o Governo do Estado**

- 5.8 As declarações dos gerentes de alta e média complexidade e dos gerentes dos equipamentos, por meio de entrevistas e questionários, bem como as informações extraídas do Grupo Focal realizado com os Educadores Sociais de Rua – ESR indicaram que existem dificuldades para a viabilização de alguns serviços como: emissão de documentos, consultas médicas para as crianças e adolescentes, consultas para familiares dos beneficiários e vagas nos programas de capacitação.



- 5.9 Em geral, esses atendimentos, quando ocorrem, são viabilizados através de relacionamentos pessoais entre os funcionários do Travessia e das demais entidades e não como fruto de relações institucionais entre os entes públicos que pactuem essas cooperações.
- 5.10 No que se refere aos serviços prestados no âmbito estadual, essas dificuldades podem decorrer do fato de as ações de assistência social da PCR e do Governo do Estado, voltadas para o Recife, não fazerem parte de um planejamento conjunto.
- 5.11 Por outro lado, as dificuldades na prestação de serviços pelo próprio município indicam um baixo grau de institucionalização do programa, fazendo com que as outras secretarias não se envolvam de forma sistemática na promoção dos seus objetivos.
- 5.12 A articulação insuficiente tem efeito direto no processo de reintegração às famílias, pois há dificuldades no encaminhamento de crianças e adolescentes e de seus familiares de forma sistemática para atendimentos de psiquiatria, tratamento de dependência de drogas e álcool.
- 5.13 Recomenda-se à PCR intensificar a articulação entre suas secretarias e o IASC, bem como com o Governo do Estado, para criar procedimentos padronizados de encaminhamento e controle das diferentes demandas a fim de otimizar as ações do Programa Travessia, como por exemplo, nas seguintes situações detectadas:
- Articulação entre o Programa Travessia e a Secretaria de Defesa Social - SDS e demais entidades responsáveis pela emissão de documentos oficiais, de forma a garantir a celeridade e a gratuidade desse processo;
  - Padronização dos encaminhamentos para atendimento psiquiátrico, de drogas e de alcoolismo, de forma tempestiva, dos familiares e adolescentes atendidos pelo Programa Travessia, a fim de favorecer a reintegração familiar.
- 5.14 Espera-se com essas medidas que haja um melhor atendimento dos beneficiários e seus familiares, facilitando a reintegração.

### **Divulgação das ações do Programa**

- 5.15 Os gerentes da alta e média complexidade declararam em entrevistas que o fato de a população efetuar doações em vias públicas estimula a existência da população de rua. Afirmaram, ainda, que muitas das pessoas que fazem essas doações o fazem por desconhecerem tanto o efeito que essa prática traz como outras formas de realizarem doações, inclusive diretamente ao Programa Travessia. Esse entendimento foi ratificado pelos especialistas da FUNDAJ que colaboraram com esta auditoria.
- 5.16 A falta de priorização da questão da divulgação faz com que o programa conte com pouca colaboração da sociedade principalmente no que se refere à realização de doações de forma a ajudar quem realmente necessita e desestimular a mendicância.
- 5.17 Recomenda-se a intensificação das ações de divulgação do Travessia e de conscientização da sociedade acerca do problema da população de rua no Recife, estimulando a realização de doações sistemáticas nas comunidades, em ONGs ou no próprio IASC, bem como a criação de mecanismos de prestação de contas à sociedade das doações recebidas.
- 5.18 Espera-se com essas ações que haja um fortalecimento das ações do Programa Travessia através da participação da sociedade.



## 6. Monitoramento e indicadores de desempenho do Programa

- 6.1 O Programa Travessia, por não ser constituído como um programa orçamentário, não apresenta indicadores de desempenho no Plano Plurianual (PPA – 2006/2009) do município para a avaliação dos resultados.
- 6.2 Conforme descrito no item “Sistemas de Controle”, está sendo implantado o Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação da Assistência Social – SIMAS, onde está prevista a criação de uma grande quantidade de indicadores a serem implantados.
- 6.3 Recomenda-se que o IASC proceda à implantação de indicadores de desempenho para o gerenciamento do Programa Travessia, a exemplo dos a seguir sugeridos:

**Tabela 4** – Indicadores de desempenho.

| Indicadores                                                                                                        | Observações                                                                                        |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1) Moda do nº de crianças e adolescentes atendidos diariamente na unidade / capacidade da unidade                  | Medição mensal referente aos equipamentos de atração e fixação e nas casas de acolhida temporária. |
| 2) Nº de crianças e adolescentes reintegradas à família / número de crianças e adolescentes atendidas <sup>3</sup> | Medição mensal referente aos equipamentos de atração e às casas de acolhida temporária.            |
| 3) Nº de familiares assistidos pelo Programa <sup>4</sup> / nº de crianças e adolescentes atendidos                | Medição mensal referente aos equipamentos de atração e às casas de acolhida temporária.            |
| 4) Nº. de crianças e adolescentes que evadiram / nº. de crianças e adolescentes atendidas                          | Medição mensal referente aos equipamentos de atração e às casas de acolhida temporária.            |
| 5) Nº. de crianças e adolescentes atendidas de outros municípios / nº. de crianças e adolescentes atendidas        | Medição semestral referente aos equipamentos de atração e às casas de acolhida temporária.         |

<sup>3</sup> Considera-se “Nº DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDOS” o nº de beneficiários que ingressaram no equipamento, incluídos os beneficiários que permaneceram no equipamento desde o mês anterior e excluídos os que evadiram do equipamento no mês. Cada beneficiário deve ser contado uma única vez por mês, por isso, os casos em que houver evasão e retorno durante o mesmo mês não devem entrar na contagem.

<sup>4</sup> Considera-se assistência a atuação do programa em ações que contribuam para que a família possa receber de volta a criança/adolescente como o encaminhamento para programas de transferência de renda, de combate ao alcoolismo e às drogas, e de emprego.



## **7. Outras considerações**

- 7.1 Além das constatações resultantes das questões de auditoria propostas, cabe ressaltar outras oportunidades de melhoria encontradas durante o processo de pesquisa:

### **Formalização do programa**

- 7.2 Na Lei Orçamentária de 2005 o Programa Travessia constava como programa “Guarda Chuva” englobando várias ações de forma lógica. Em 2006, o programa Travessia não fez parte da lei orçamentária e foi diluído em outros programas e ações, dificultando uma visão precisa de sua extensão. Também não existe nenhum outro instrumento de formalize a criação do Travessia.
- 7.3 Apesar de inexistir formalmente, o Travessia é visto por gestores e funcionários do IASC como a razão de ser do Instituto e o direcionador de suas ações. Entretanto, apesar desse reconhecimento “de fato” é imprescindível a elaboração de instrumentos que formalizem sua criação e definam os seus objetivos e metas de forma inconteste.
- 7.4 À época da criação do programa, foi elaborado um documento que se constituía em um planejamento inicial das ações que seriam implementadas. Entretanto, esse documento encontra-se bastante desatualizado já que muitas de suas propostas foram abandonadas com a implementação do programa. Ocorre que, passados 4 (quatro) anos, não houve o redirecionamento do programa, nem tampouco a definição pormenorizada do seu objeto, e dos objetivos e metas perseguidos.
- 7.5 Recomenda-se à PCR a formalização do Programa Travessia e a definição clara dos seus objetivos, metas e responsabilidades de forma a facilitar seu gerenciamento e o controle, contribuindo para a transparência da gestão.

### **Comunicação dos ESR**

- 7.6 No grupo focal realizado com educadores sociais de rua foi constatado que estes enfrentam uma constante dificuldade de comunicação. Esses profissionais trabalham nas ruas e precisam com certa frequência entrar em contato com o IASC para a realização de certos encaminhamentos ou para requisitarem veículos. Existe também o fator “segurança” já que estes profissionais trabalham nas ruas e estão expostos. Essa comunicação acaba sendo feita do telefone pessoal ou pela troca de vales transporte por cartões telefônicos.
- 7.7 Recomenda-se, portanto, que o IASC realize uma avaliação das necessidades de comunicação enfrentadas pelos ESR e crie formas de superá-las.

### **Unidades não visitadas**

- 7.7 Ressaltamos que as constatações deste relatório não são exaustivas, restringindo-se ao recorte escolhido, qual seja, crianças e adolescentes em situação de rua e risco. Não houve



visitas às casas de acolhida de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, nem tampouco àquelas destinadas a adultos e a idosos.

- 7.8 Entretanto, durante a aplicação de entrevistas, questionários e grupos focais, houve relatos sobre essas outras unidades tanto no que se refere à estrutura física, mas, especialmente, com relação à insuficiência das atividades psicopedagógicas e das ações para reintegração desses beneficiários.
- 7.9 Dessa forma, recomenda-se que o IASC proceda a um diagnóstico da situação das unidades que não foram objeto desta auditoria aplicando, no que couber, as recomendações deste relatório.

## **8. Análise dos comentários do gestor**

- 8.1 Através do Ofício CCE/ANOP nº 0435/2006, de 31/08/2006 (fl. 38), foi encaminhado versão preliminar deste relatório ao Instituto de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura da Cidade do Recife, solicitando o pronunciamento sobre as recomendações preliminares apresentadas. Em resposta, a Exmº Sr. Paulo Antônio Gomes Dantas, Diretor Presidente, enviou o documento (fls. 40 à 140), protocolado em 26/07/2006, Ofício nº 948/2006 – GP/IASC, com os comentários sobre as recomendações contidas no Relatório Preliminar. A seguir são apresentados os comentários do gestor.

### **“COMENTÁRIOS APRESENTADOS PELO IASC**

#### **1. Avaliação da estrutura disponibilizada para o Programa Travessia**

##### **1.1 Alimentação fornecida no Recicriar**

*- A avaliação realizada afirma que a alimentação fornecida aos usuários nos espaços e casas de acolhida do IASC é considerada satisfatória, exceto no Recicriar. Aponta que a alimentação fornecida pela empresa terceirizada no equipamento é insatisfatória no que diz respeito ao sabor e a variedade do cardápio, que não contempla frutas, verduras e legumes; e que esta deficiência contribui para a evasão das crianças e adolescentes.*

- A alimentação no Recicriar é fornecida pela COAN Alimentos em razão do perfil da unidade, por se constituir num espaço de atração, com alta rotatividade de usuários e por não dispor de cozinha para confecção do alimento no local. Não obstante, tem sido objeto de monitoramento e da intervenção por parte da Gerência de Nutrição e Controle Alimentar da Diretoria Administrativa e Financeira, sem no entanto ter sido considerada satisfatória, tendo em vista o padrão adotado para as unidades que compõem o Travessia.

- Para a solução do problema as seguintes ações serão realizadas:



- Estudo de viabilidade da ampliação da produção de alimentação diária na CICA I para o fornecimento de refeições para o Recicriar, visando a adequação da alimentação às necessidades dos usuários;
- Intensificação do monitoramento através da nova equipe de nutricionistas contratados pelo concurso público, visando o controle da qualidade da alimentação e o cumprimento do cardápio, ressaltando a variedade com legumes, verduras e frutas (anexo 1 – Cardápio - COAN);
- Possibilidade de suspensão da alimentação fornecida pela COAN Alimentos para o Recicriar.

## 1.2 Disponibilização de Vestuário

*- Foi identificado na avaliação que o Programa Travessia não disponibiliza vestuário aos usuários, suprimindo parcialmente esta necessidade através de doações e que são insuficientes. Refere o efeito negativo do vestuário inadequado sobre a auto-estima dos usuários, quando freqüentam a escola, os cursos profissionalizantes e nos passeios externos.*

- O IASC procura disponibilizar vestuário para os usuários através de processo de compra e de campanha de doações. Este item, no entanto, devido ao número da população de usuários girando em torno de 1.923 pessoas/mês, representa um percentual significativo flutuante, dificultando uma manutenção em nível ideal.

- Foi realizada uma licitação para compra de vestuário (camisas e bermudas) para os usuários dos equipamentos de fixação CICA I, CICA II, Espaço Travessia e Recanto Feliz. O IASC realizou até julho de 2006, além da compra de fardamento para os usuários dos espaços de fixação, a aquisição de calçados, roupas íntimas, fraldas descartáveis infantis, fraldas geriátricas, lençóis, toalhas/cama, mesa e banho; o que significou um custo de R\$ 47.779,00.

- O IASC tem recebido doações, mas ainda são insuficientes e não são em sua maioria direcionadas de acordo com o perfil e necessidades dos usuários acolhidos nas casas e equipamentos, tendo como fato agravante doações de vestuários inadequados ou muito usados.

- Ressalta-se ainda que ao instituto cabe o desenvolvimento das ações de assistência emergencial, através do Plantão Social, ligado à Diretoria de Proteção Social Especial de Média Complexidade, o que significa que parte das doações é destinada a pessoas em situação de calamidades. No ano de 2005, o serviço atendeu 1.022 pessoas em situação de calamidade pública (plano de contingência, incêndios no Roque Santeiro I e II nos Coelhos, incêndio da Rua Velha) que foram beneficiadas com as doações. Em 2006, até julho, já foram atendidas 1.216 pessoas no Plano Alerta 2006 (Programa Guarda-Chuva); neste período foram estabelecidos 13 pontos de arrecadação de donativos (CODECIR/06).



- Outro aspecto importante a ser destacado diz respeito à ocorrência da alta rotatividade de usuários, particularmente nas casas de acolhida e nos equipamentos de atração, resultante das características dos usuários atendidos (situação de rua, uso de drogas, ameaças de morte e em LA). Em razão da própria vivência, quando ingressam nas unidades, o fazem apenas com as roupas que estão usando no momento, e ao sair, naturalmente as levam. Além disto, realizam o que por eles mesmos se convencionou chamar “rôlo”, que são trocas de roupas por bonés, óculos, cigarro, entre outros objetos.

- As alternativas para dinamizar a aquisição de vestuário, visando a elevação da auto-estima dos usuários, estão a seguir apresentadas:

- Intensificação de campanhas junto à sociedade;
- Direcionar nas campanhas a doação de vestuário específico, como de sapatos, bermudas, sandálias, meias, camisas e blusas, em função da faixa etária e sexo dos usuários;
- Articulação com empresas privadas para “adoção” de equipamentos ou casas de acolhida em relação ao fornecimento sistemático de algum tipo de vestuário para os usuários; priorizando crianças e adolescentes;
- Realização de uma avaliação junto aos gerentes dos equipamentos de atração e das casas de acolhida sobre a possibilidade de implantar um sistema de reserva de vestuário para uso nas atividades externas, especialmente nas unidades onde ocorre maior rotatividade de crianças e adolescentes.

### 1.3 Estrutura física

*- Dois problemas de estrutura física das unidades foram apontados no relatório e reconhecidos pela gestão do IASC: o Recicriar não possui estrutura física adequada, a casa apesar de grande é muito dividida em pequenos cômodos, não há espaços amplos suficientes para o desenvolvimento de atividades recreativas e pedagógicas; e as unidades Novos Rumos, Raio de Luz e Andaluz não possuem salas privativas para os atendimentos pelo psicólogo e pelo assistente social, falta privacidade e provoca inibição nos usuários, prejudicando a assistência sócio-pedagógica aos usuários.*

- As ações realizadas e programadas para a solução dos problemas são:

- Mudança de espaço do Recicriar. Ressaltamos que há 05 meses o IASC busca um espaço adequado na RPA 06, porém são várias as dificuldades encontradas para a locação tais como: espaço inadequado, valor alto, proprietário com receio de alugar imóvel para a prefeitura e/ou para acolhida de crianças e adolescentes com o perfil dos usuários do equipamento, e ainda proprietário em dívida c/ a PCR. Esta busca, tem demandado, além de um técnico do IASC destinado exclusivamente para este fim, o contato permanente com três corretores de imóveis;



- Readequação física de sala para atendimento na casa Novos Rumos;
- Realizar uma avaliação da estrutura física existente nas unidades Raio de Luz e Andaluz para a instalação de salas de atendimento individual dos usuários, visando a qualificação das ações voltadas para a (re)integração das crianças e adolescentes às famílias e à comunidade;
- A casa Novos Rumos e a Casa da Estância, que são unidades próprias da PCR, serão beneficiadas com reformas, rede eletrônica e aquisição de equipamentos e mobiliários, através da parceria PCR com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES, cujo Contrato Nº 04.2.0459.1 foi assinado em 12 de abril de 2005 do Convênio O Projeto – Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente em situação de rua e risco no Recife” é composto por 04 itens, sendo eles:
  1. Fortalecimento do COMDICA com a aquisição de equipamentos e mobiliários;
  2. Fortalecimento dos Conselhos Tutelares com aquisição de equipamentos e mobiliários;
  3. Investimentos na infra-estrutura física:
    - 3.1 Implantação de Espaço e Albergue Terapêutico (CAPS AD), aquisição de equipamentos e mobiliários e de veículo utilitário, no valor de R\$ 397.878,85; construção de 01 nova casa de acolhida, no valor de R\$345.425,40;
    - 3.2 Recuperação de 03 casas de acolhida temporária, sendo elas: Casa da Estância, Doce Lar e Novos Rumos, nos valores de R\$160.555,54; R\$126.408,63 e R\$122.668,11, respectivamente; além da aquisição de equipamentos e mobiliários;
    - 3.3 Implantação do Sistema de Informações, com desenvolvimento do Portal Recriar, treinamento dos parceiros da rede e com aquisição de equipamentos de informática para instalação de 34 pontos de rede elétrica e eletrônica – Rede Eletrônica de atenção à criança e ao adolescente.
  4. Formação continuada de toda equipe de atendimento de 06 casas de acolhida do IASC que atendem crianças e adolescentes e da equipe de atendimento do Albergue Terapêutico – CAPS AD/IBURA.
    - Outros benefícios (reformas e melhorias na infraestrutura) foram realizados de acordo com o Plano de Investimento/2006 (anexo 2 – Relatório das Atividades do Setor de Manutenção e anexo 9 - Fotografias).
    - Elaboração do Plano de Investimento para 2007 com base no Plano Estratégico de Ação da SAS e IASC 2006 – 2008.



## 1.4 Manutenção dos equipamentos

*- O relatório aponta que a manutenção dos espaços de atração e acolhida em relação à estrutura física, mobiliário, equipamentos eletro-eletrônicos e materiais de cozinha, não ocorre de maneira célere e satisfatória, acarretando várias dificuldades operacionais, impedindo a realização de algumas atividades e contribuindo para a evasão dos usuários. Além da inadequação do trabalho de manutenção, contribui para as más condições dos equipamentos de atração e de acolhida a depredação realizada pelos próprios usuários.*

- O IASC possui um sistema de manutenção preventiva em relação à estrutura física, equipamentos e mobiliários dos espaços, embora os recursos não sejam suficientes para uma ação mais eficaz para atender a grande demanda existente. A manutenção é composta por 02 equipes, sendo 02 coordenadores e 17 técnicos, com carga horária de 6 horas, de segunda à sexta-feira. As equipes possuem 03 marceneiros, 03 pedreiros e 02 ajudantes de pedreiros, 03 eletricitistas, 03 encanadores e 03 serralheiros.

- As ações propostas para ampliar e aperfeiçoar o sistema de manutenção:

- Manutenção do suprimento individual nas unidades para solução imediata de pequenos problemas (R\$300,00 p/ 3 meses);
- Reativação do sistema de 02 visitas semanais a todas as unidades por um profissional do setor administrativo visando identificar problemas, priorizar as ações e organizar mutirão por unidade, inclusive com a participação dos usuários;
- Reforçar e apoiar os gerentes das unidades nas ações já desenvolvidas de construção do Acordo de Convivência com toda a equipe técnica e usuários, voltado para a definição de normas de conduta, em função da preservação da casa e dos equipamentos; assim como incentivando o bom relacionamento entre as pessoas, o respeito ao outro, a solidariedade, o sentimento de pertencimento da casa, a responsabilidade de cada pessoa pelo funcionamento da mesma e pelo bem estar do grupo;
- Atenção especial será dada às Casas de Acolhida visitadas, Raio de Luz, Novos Rumos e Baque Solto, assim como o Reciclar, no entanto, em razão do perfil dos usuários, a manutenção do acordo acima referido constitui-se uma conquista diária, o que significa na maioria das vezes, o momento de seu avanço e partida para outra unidade. Isto faz com que os resultados obtidos com os mesmos não sejam visíveis;
- Com base no Plano de Investimento de 2006, foram adquiridos novos equipamentos e mobiliários e estão previstos outros, o que representa um investimento de R\$ 68.508,34 (anexo 2 - Demonstrativo de Equipamentos e Mobiliários adquiridos e previstos e anexo 9 - Fotografias);



- Elaboração de um Plano Operacional de Manutenção Preventiva para 2007, visando ampliar e aperfeiçoar a ação.

### **1.5 Disponibilização de Transporte**

*- Foi constatado na auditoria que a disponibilização de transporte no IASC não atende às necessidades dos equipamentos, das casas de acolhida e do Serviço de Educação Social de Rua - SESR, restringindo a realização das atividades externas, os trabalhos de sensibilização das famílias e de monitoramento das crianças e adolescentes que foram (re)integrados às famílias e comunidades e as ações de monitoramento da coordenação pedagógica junto aos equipamentos. Além disto, foi relatado que a deficiência de transporte limita a realização de passeios para museus, teatros e parques, entre outros, que contribuiriam no processo de formação e de socialização das crianças e adolescentes; como também, que a realização dessas atividades com uso de transporte público, especialmente no caso de crianças mais novas, representa um risco.*

- Ressalta-se que embora uma parte da frota de veículos usados atualmente pelo IASC encontrem-se depreciados pelo uso, tendo em vista serem advindos da LAR, decorrente de comodato firmado em 2003, foram adquiridos mediante locação 14 (quatorze) veículos, e paulatinamente vêm sendo supridas as necessidades e superadas as deficiências.

- As ações voltadas para melhorias do sistema de transporte do IASC, são:

- Manutenção do quadro atual de distribuição semanal de transporte, disponibilizando 01 veículo no mínimo 1 vez na semana para cada serviço/unidade, o que vem sendo rigorosamente cumprida (anexo 3 - Escala de distribuição de veículos);
- Ajustar o sistema atual de distribuição do transporte para as Casas de Acolhida que apresentam deficiência;
- Manutenção do sistema de locação de ônibus para transporte de usuários para visitas e participação nos médios e grandes eventos culturais e comemorativos na cidade, entre outros, como visitas ou passeios, como por exemplo, em 18/09/06, os usuários do Recanto Feliz, num total de 100 crianças e adolescentes, foram visitar o Horto de Dois Irmãos através de locação de ônibus, com turmas divididas no horário da manhã e tarde;
- Manutenção e ampliação do sistema de distribuição de vales-transporte por unidade para as atividades externas com os usuários e para o deslocamento de profissionais para desenvolvimento de suas funções de monitoramento nos espaços e casa de acolhidas; além do que não é considerado um risco o uso de transporte público pelos usuários, levando-se em consideração que são sempre acompanhados pelos educadores;



- Realizar plano de captação de recursos para a locação de mais veículos para o ano de 2007.

### 1.6 Número de Educadores Sociais de Rua

*- Foi identificado no relatório da Auditoria que o número de Educadores Sociais de Rua é ainda insuficiente para a efetividade do programa.*

- O IASC realizou um diagnóstico da necessidade de profissionais para o SESR. O dimensionamento realizado de educadores e técnicos para o serviço, foi adequado aos recursos financeiros disponíveis. A equipe foi ampliada em dezembro de 2005 de 12 para 19 equipes, totalizando 57 profissionais (educadores, assistentes sociais e psicólogos), o que reforçou a atuação do serviço na RPA 1 e 6 e a implantação do Programa Rede Viva com a realização de oficinas nos finais de semana em parceria com órgãos e entidades governamentais não governamentais.

- Concordamos com a observação apresentada no relatório da auditoria de que a abordagem e o convencimento do público alvo e o caráter “personalíssimo” da intervenção – caso a caso, com encaminhamentos distintos – afasta a idéia de um trabalho “por produção” sendo, ao contrário, um trabalho feito de conquistas diárias e nem sempre mensuráveis.

- Considera-se expressivo o número de pessoas sensibilizadas/acompanhadas e com retorno familiar e/ou comunitário, ou seja, que realizaram a travessia rua – espaço protegido, observando que a ação não resulta em pessoas “resgatadas”, e sim em pessoas acompanhadas pela equipe, que mesmo permanecendo em situação de rua, estão em processo de construção da cidadania.

- Em 2005 o SESR atendeu 690 pessoas e 101 famílias, sendo 367 crianças e adolescentes, 283 adultos e 40 idosos. Destas, 236 retornaram para a família ou comunidade e 13 para o município de origem. Outros encaminhamentos:

| Encaminhamentos realizados pelo SESR | Quantidade                      |
|--------------------------------------|---------------------------------|
| Casas de Acolhida                    | 47                              |
| Equipamentos de Atração              | 32                              |
| Aluguel Temporário para moradia      | 10 (IASC) e 06 (Rede Solidária) |
| Programas Sociais                    | 129                             |
| Atendimento de Saúde                 | 116                             |
| Rede Educacional                     | 105                             |
| Conselho Tutelar                     | 105                             |
| CRAS                                 | 78                              |
| Retirada de Documentação             | 188                             |
| Total                                | 816                             |

Fonte: GVS/SAS – 2005



- No 1º semestre de 2006, já foram atendidas 865 pessoas, resultando em 95 retornos à família e ou comunidade, e 104 famílias com 44 retornos comunitários.

- Ressalta-se ainda que em 2005, o SESR realizou ações de sensibilização e de enfrentamento à situação de rua e risco vivenciados por crianças e adolescentes nos médios e grandes eventos (Carnaval, São João, Festa do Morro da Conceição): 1.139 crianças e adolescentes foram atendidos.

- Nos eventos culturais ocorridos em 2006, foram atendidas 723 crianças e adolescentes, sendo 554 durante o Carnaval e 169 no período das festas juninas e seresta.

- Ações em andamento e programadas para a otimização do trabalho:

- Manutenção do planejamento e avaliação mensal das ações;
- Fortalecimento das ações de (re)integração familiar;
- Eleição de áreas prioritárias da cidade, onde ocorre maior concentração de população de rua e risco – atualmente a RPA 1 e a RPA 6 são áreas prioritárias;
- Planejamento das ações para a realização do trabalho preventivo e interventivo do SESR nos eventos culturais e comemorativos da cidade nas áreas de maior concentração de população em situação de rua e risco;
- Implementação do Plano de Capacitação Continuada para as equipes;
- Avaliação trimestral das ações desenvolvidas pelo SESR com base nos indicadores de desempenho e de processo definidos, visando uma readequação das ações. Esta ação é realizada com o apoio da Gerência de Vigilância Social da SAS, responsável pelo SIMAS.

*- Para o processo de avaliação dos resultados alcançados e planejamento das ações desenvolvidas pelo SESR, contamos atualmente com a pesquisa censitária realizada pelo IASC, em outubro de 2005, com a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS e em parceria com a OAF/SP, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua/PE e UFPE; que apresentou os seguintes resultados gerais:*

- *A população encontrada foi de 1380 pessoas, sendo 185 usuárias das casas de acolhida da rede própria e complementar; 1205 pessoas do total estavam em situação de rua, sendo 812 homens e 393 mulheres;*
- *A faixa etária predominante situava-se entre 22 e 35 anos (27,0%), ou seja, 226 pessoas; seguida de 18,8% entre 13 a 18 anos;*
- *A maioria tem a rua como local de moradia e estratégia de sobrevivência;*
- *784 pessoas são recifenses;*



- *Situação de rua reflete o desemprego, problemas familiares e uso de álcool e outras drogas;*
- *Vivência de discriminação/rejeição;*
- *Atividades desenvolvidas nas ruas: primeiro pedindo ajuda, segundo perambulando e terceiro fazendo uso de álcool e outras drogas;*
- *Maior concentração: RPA 1 e RPA 6, 565 e 294 pessoas respectivamente;*
- *Local onde dormem: 60% dormem todos os dias nas calçadas;*
- *As pessoas estão acompanhadas, primeiro de amigos e em segundo lugar, das mães;*
- *Parcela expressiva possui documentos, mas o número de perdas é alto. Por outro lado, o acesso para a retirada dos documentos é uma dificuldade porque há necessidade de referência familiar;*
- *68,5% das pessoas concluíram ou abandonaram o Ensino Fundamental (1 a 8ª série), sendo que apenas 156 pessoas afirmaram estar estudando no momento da pesquisa; e quase 60% destas nunca exerceram um trabalho.*

### **1.7 Material de apoio pedagógico**

- *Verificou-se na avaliação que a disponibilização do material de apoio pedagógico é insuficiente e sem regularidade, dificultando o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Afirma que o IASC não está disponibilizando recursos que permitam trabalhos de resgate da auto-estima e do desenvolvimento dessas crianças e adolescentes e que a falta de atividades deixam os usuários ociosos e os funcionários desmotivados, favorecendo a evasão dos usuários.*

- *Considera-se que as ações voltadas para o resgate da auto-estima e o desenvolvimento das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e/ou em situação de rua e risco estão apresentando resultados satisfatórios. Ressaltam-se as ações desenvolvidas nos 04 equipamentos de fixação CICA I, CICA II, Recanto Feliz e Bairro do Recife: 919 crianças e adolescentes foram acompanhadas no ano de 2005, e no primeiro semestre de 2006, foram 829 crianças e adolescentes.*

- *Nas Casas de Acolhida Temporária, crianças, adolescentes, mães adolescentes, filhos e filhas de adolescentes e jovens, freqüentam a escola, são encaminhadas para atendimento em saúde, estão inseridas em escolas, creches, programas sociais e cursos profissionalizantes; além dos retornos de parte dos usuários às famílias e comunidade. Nos quadros a seguir, apresentamos as programações das atividades por casa de acolhida; os eventos programados e o número de crianças e adolescentes atendidos e o número de retornos às famílias; é demonstrado assim um trabalho voltado para o resgate da auto-estima e desenvolvimento das crianças e adolescentes usuários destes espaços e para a (re)integração familiar e comunitária.*

#### **ATIVIDADES SÓCIO - EDUCATIVAS POR CASA DE ACOLHIDA – AGOSTO E SETEMBRO/06**

| <b>ATIVIDADE</b>        | <b>DIA</b>           | <b>TURNO</b> |
|-------------------------|----------------------|--------------|
| <b>CASA DA ESTÂNCIA</b> |                      |              |
| Oficina de Dança        | Quinta / sexta-feira | M            |
| Oficina de Beleza       | Sexta-feira          | M e T        |



|                                    |                                   |         |
|------------------------------------|-----------------------------------|---------|
| Escola Aberta                      | Sábado / domingo                  | M       |
| Grupo de Convivência               | Terça-feira                       | T       |
| Pintura em Tecidos                 | Terça-feira                       | T       |
| Oficina de Bijouterias             | Quarta-feira                      | M       |
| Oficina de Pintura                 | Quarta-feira                      | T       |
| Oficina de Emborrachado            | Sábado                            | M       |
| Passeios                           | Domingo                           | T       |
| <b>BAQUE SOLTO</b>                 |                                   |         |
| Acompanhamento Escolar             | diariamente                       | M/T     |
| Exibição de Filmes                 | sem programação                   | -       |
| Passeios na Praia                  | sem programação                   | -       |
| Parque da Jaqueira                 | sem programação                   | -       |
| <b>ANDALUZ</b>                     |                                   |         |
| Oficina de Bordado                 | Segunda / quinta-feira            | T       |
| Oficina de Fuchico                 | Quarta-feira                      | T       |
| Oficina de Velas                   | Terça / quinta-feira              | M       |
| Oficina de Tapeçaria               | Quarta / Sexta-feira              | M       |
| Reforço Escolar                    | Diariamente                       | N       |
| Oficina de Costura                 | Terça / Sexta-feira               | T       |
| Oficina de Pintura                 | Sexta-feira                       | T       |
| <b>RAIO DE LUZ</b>                 |                                   |         |
| Leitura e contação de histórias    | 2 ou 3 vezes/semana/plantão       | N       |
| Oficina de Dança                   | Segunda, Terça e Quarta-feira     | M       |
| Oficina de Bijouterias             | Terça e Quinta-feira              | M/T     |
| Cestaria                           | Sexta-feira                       | M       |
| Oficina de Beleza                  | Sexta-feira                       | T       |
| Oficina c/ Material reciclável     | Segunda e Quarta-feira            | T       |
| Oficina de Canto e Violão          | 2 ou 3 vezes/semana/plantão       | N       |
| Exibição de Filmes p/ reflexão     | Terça-feira                       | T       |
| Acompanhamento Escolar             | Atividade Mensal                  | -       |
| <b>NOVOS RUMOS</b>                 |                                   |         |
| Reforço Escolar                    | Segundas e quartas feiras         | M       |
| Origame                            | Segunda / terça / quinta-feira    | T/N/N   |
| Atividade livre                    | Segunda-feira                     | N       |
| Grupo de Convivência               | Terça-feira                       | M       |
| Atividade Esportiva                | Terça / quinta / sexta-feira      | T/N     |
| Flores com sabonete                | Quarta-feira                      | T       |
| Atividade livre                    | Quarta / sexta / sábado / domingo | N/M/N/M |
| Exibição de Filmes                 | Sexta-feira                       | T       |
| Escola Aberta                      | Sábado / domingo                  | M/T     |
| <b>RODA VIDA</b>                   |                                   |         |
| Oficina de Emborrachados           | Segunda a sexta-feira             | T       |
| Confecção de Casas de papel        | Segunda a sexta-feira             | T       |
| Oficina de Caixas com papel guache | Segunda a sexta-feira             | T       |
| Oficina de Araras com papel        | Segunda e quarta-feira            | M       |



|                                 |                        |   |
|---------------------------------|------------------------|---|
| jornal                          |                        |   |
| Oficina com Material reciclável | Terça e sexta-feira    | M |
| Leitura de Histórias            | Segunda e quinta-feira | N |
| Oficina de Dança                | Quarta e sexta-feira   | N |

Fonte: Gerência de acolhida temporária de criança e adolescente – DPSMC/IASC/06

#### EVENTOS CULTURAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE DE SETEMBRO A DEZEMBRO/06

| EVENTOS                                          | DATA              |
|--------------------------------------------------|-------------------|
| Grito dos Excluídos - passeata                   | 7 de Setembro     |
| Semana da Criança                                | 1 a 12 de outubro |
| Dia da Consciência Negra                         | 20 de Novembro    |
| Dia de Nossa Senhora Aparecida                   | 12 de Outubro     |
| Proclamação da República                         | 15 de Novembro    |
| Festa do Morro da Conceição – N. S. da Conceição | 1 a 8 de Dezembro |
| Festas Natalinas                                 | Dezembro          |

Fonte: Gerência de acolhida temporária de criança e adolescente – DPSMC/IASC/06

#### Nº DE ATENDIMENTO COM RETORNO FAMILIAR POR ESPAÇO

| UNIDADE          | 2005                                                      |                     | 1º SEMESTRE DE 2006                                       |                      |
|------------------|-----------------------------------------------------------|---------------------|-----------------------------------------------------------|----------------------|
|                  | Nº PESSOAS ATENDIDAS                                      | Nº RETORNO FAMILIAR | Nº PESSOAS ATENDIDAS                                      | Nº RETORNO FAMILIAR  |
| * Andaluz        | 41 mães adolescentes com seus filhos, total de 82 pessoas | 42 pessoas          | 23 mães adolescentes com seus filhos, total de 46 pessoas | 18 pessoas           |
| Roda Vida        | 112 crianças                                              | 39                  | 59 crianças                                               | 05                   |
| Casa da Estância | 78 crianças e adolescentes                                | 24                  | 41 crianças e adolescentes                                | 07                   |
| Raio de Luz      | 93 crianças e adolescentes                                | 15                  | 49 crianças e adolescentes                                | 04                   |
| Novos Rumos      | 106 adolescentes                                          | 11                  | 107 adolescentes                                          | 03                   |
| Baque Solto      | 64 adolescentes                                           | 17                  | 59 adolescentes                                           | 14                   |
| Reciclar         | 155 crianças e adolescentes                               | 27                  | 86 crianças e adolescentes                                | 13 e 17 abrigamentos |

Fonte: Assessoria Técnica/IASC – VS/SAS - Agosto 2006

\* **Observação:** A casa Andaluz, tem a particularidade de acolher adolescentes com filhos. Assim é que, para cada mãe haverá sempre, pelo menos, uma criança.

- Destaca-se que um número significativo de usuários do IASC faz parte dos diversos programas sociais desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social, da qual o instituto é integrante.

- As medidas em andamento para a ampliação e aperfeiçoamento das ações são:



- A aquisição de material pedagógico, esportivo e educativo por mês, neste ano de 2006, para uso nas atividades pedagógicas das unidades, representou o custo de R\$ 31.694,95. Além disto, se encontra em processo inicial de licitação a compra de mais materiais no valor de R\$ 50.000,00;
- Reestruturação do Núcleo Pedagógico do IASC com a contratação dos pedagogos adquiridos através do concurso, permitindo a formação de equipe especializada. Atualmente o núcleo é formado por 01 Coordenadora Pedagógica e 06 Pedagogas, recém concursadas, com atribuições de planejamento e monitoramento, atuando nas unidades e equipamentos;
- Implementação do Plano de Formação Continuada para todos os profissionais do IASC;
- O planejamento das atividades pedagógicas realizado pelo Núcleo Pedagógico contribuirá com a melhoria das atividades e do uso dos recursos. Desta forma, a definição das necessidades de material em função do perfil das unidades, o monitoramento e o estabelecimento de prazos para o processo de compra do material em larga escala, evitará compras fracionadas gerando otimização de recursos, tempo e melhorias na distribuição do material;
- Plano de Formação Continuada para as equipes;
- Avaliação sistemática das ações desenvolvidas pelo SESR com base nos indicadores de desempenho e de processo definidos, visando uma readequação das ações. Esta ação é realizada com o apoio da Gerência de Vigilância Social da SAS, responsável pelo SIMAS.

## **2. Ações de sensibilização, acolhida, reintegração e monitoramento**

### **2.1 Proposta pedagógica**

- *A avaliação realizada pelo TCE afirma que o Programa Travessia não possui uma proposta pedagógica estruturada para os diferentes perfis dos usuários e ainda que apresenta insuficiência de atividades psicopedagógicas que promovam a auto-estima e o resgate da cidadania e dos “sonhos” das crianças e adolescentes; ressaltando que esta deficiência resulta em falta de atividades nos equipamentos para os usuários, subocupação dos espaços e elevação do número de evasões de usuários.*
- A Proposta Pedagógica do Programa Travessia é prioridade e foi construída para a implantação do programa. Para o IASC a proposta é concebida como processo em construção permanente com a participação dos usuários e trabalhadores da Assistência Social, na perspectiva da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, segundo a qual se constrói com o usuário e não para o usuário. Diretrizes, marco legal e teórico, objetivos, eixos metodológicos, ações psicopedagógicas e educativas, ações de (re)integração familiar e comunitária, interface com outras políticas



setoriais, estão definidos na proposta pedagógica do programa (anexo 4 - Programa Travessia – versão preliminar).

- Ressaltamos que na proposta pedagógica do programa, as casas de acolhida não são concebidas como “abrigos”, e sim como uma casa, guardando tanto quanto possível as características do ambiente familiar. Por este modelo os usuários não permanecem os três turnos na casa, e sim em atividades externas, escolas, programas sociais, entre outros.

- Outrossim, com o objetivo primordial de promover a (re)integração familiar e a participação na sociedade, é promovida a interação dos usuários na comunidade, fazendo uso dos equipamentos tais como, biblioteca, igreja, posto de saúde, centros, cultural e esportivo, etc.; além disso, algumas unidades têm conseguido manter uma relação de parceria, inclusive com a realização de encontros com a comunidade. Diante do exposto julgamos oportuno reapresentar o quadro referente aos resultados alcançados no ano de 2005 e no primeiro semestre deste ano nas casas de acolhida e no Recicriar.

#### Nº DE ATENDIMENTO COM RETORNO FAMILIAR POR ESPAÇO 2005 -2006

| UNIDADE          | 2005                                                      |                     | 1º SEMESTRE DE 2006                                       |                         |
|------------------|-----------------------------------------------------------|---------------------|-----------------------------------------------------------|-------------------------|
|                  | Nº PESSOAS ATENDIDAS                                      | Nº RETORNO FAMILIAR | Nº PESSOAS ATENDIDAS                                      | Nº RETORNO FAMILIAR     |
| * Andaluz        | 41 mães adolescentes com seus filhos, total de 82 pessoas | 42 pessoas          | 23 mães adolescentes com seus filhos, total de 46 pessoas | 18 pessoas              |
| Roda Vida        | 112 crianças                                              | 39                  | 59 crianças                                               | 05                      |
| Casa da Estância | 78 crianças e adolescentes                                | 24                  | 41 crianças e adolescentes                                | 07                      |
| Raio de Luz      | 93 crianças e adolescentes                                | 15                  | 49 crianças e adolescentes                                | 04                      |
| Novos Rumos      | 106 adolescentes                                          | 11                  | 107 adolescentes                                          | 03                      |
| Baque Solto      | 64 adolescentes                                           | 17                  | 59 adolescentes                                           | 14                      |
| Recicriar        | 155 crianças e adolescentes                               | 27                  | 86 crianças e adolescentes                                | 13 mais 17 abrigamentos |

Fonte: Assessoria Técnica/IASC – VS/SAS - Agosto 2006

\* **Observação:** A Andaluz , tem a particularidade de acolher adolescentes com filhos. Assim é que, para cada mãe haverá sempre, pelo menos, uma criança.

- As ações para o aperfeiçoamento e consolidação do Programa Travessia, são:

➤ Fortalecimento das ações voltadas para o resgate do direito a convivência familiar e comunitária (anexo 5 – Proposta Projeto Re-Integrar);

➤ Com a contratação de 06 pedagogos através do concurso público, os quais se encontram em fase de avaliação da Proposta Pedagógica do IASC juntamente com a Coordenadora Pedagógica, possibilitando assim o planejamento/monitoramento



mais eficaz das atividades recreativas e pedagógicas nas unidades, ressaltando a participação dos usuários;

- Implementação do Plano de Formação Continuada, iniciada em abril de 2006;
- Adequação do quadro de pessoal do IASC com a contratação de profissionais através do concurso público realizado; possibilitando a ampliação e aperfeiçoamento das ações de sensibilização, acolhida, (re)integração familiar/comunitária e monitoramento desenvolvidas.

## 2.2 Capacidade dos equipamentos de atração e de acolhida temporária

*- Foi ressaltado na auditoria que a quantidade de crianças e adolescentes atendidas nos equipamentos de atração/acolhida temporária é inferior à capacidade máxima prevista para os equipamentos.*

- Afirmamos que o CRS, o Recomeço, CICA I, CICA II, Recanto Feliz, Espaço Travessia, Casa da Estância, Roda Vida, Andaluz, Porto Seguro e Ieda Lucena, atendem em sua plena capacidade. Algumas unidades, no limite e até acima deste.

- As unidades Baque Solto, Recicriar, Novos Rumos e Raio de Luz não estão atendendo em sua plena capacidade em função do perfil dos usuários acompanhados: estas unidades apresentam alta rotatividade de usuários por serem serviços que atendem crianças e adolescentes com vivência de rua, com uso de drogas, com vivência de abandono, em LA e sob ameaça de morte. Dentre as outras razões citadas, são definidos como espaços de “travessia” as unidades Recicriar e Recifazer, funcionando como espaços preparatórios, podendo o usuário retornar para o convívio familiar, ou, como ocorre mais frequentemente, encaminhar para as Casas de Acolhida Temporária.

- Os usuários destas casas estão inseridos nas escolas e outros programas sociais, como demonstra quadro a seguir.

| CASA DE ACOLHIDA | Nº DE USUÁRIOS<br>MÊS AGOSTO | ATIVIDADES EXTERNAS POR TURNO                                                                                  |
|------------------|------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Casa da Estância | 14                           | 9 - Escola<br>2 - Programa Agente Jovem<br>3 - PETI<br>1 - Estação Futuro<br>4 - ingressaram na unidade no mês |
| Raio de Luz      | 9                            | 9 - Escola<br>5 - Estação Futuro<br>1 - Agente Jovem<br>1 - Curso de Esteticista<br>1 - Natação                |
| Andaluz          | 9 mães<br>9 filhos e filhas  | 6 - Escola e 5 - creches<br>1 - Agente Jovem<br>3 - Estação Futuro                                             |



|             |    |                                                                                                                                                                   |
|-------------|----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|             |    | 6 - ingressaram no mês                                                                                                                                            |
| Baque Solto | 13 | 10 - Escola<br>3 - Estação Futuro<br>1 - Futebol no Náutico<br>1 - Futebol no Sport<br>3 - Escola Pernambucana de Circo<br>4 - ingressaram no mês                 |
| Novos Rumos | 16 | 6 - Escola<br>7 - Estação Futuro<br>5 - Curso de Computação                                                                                                       |
| Roda Vida   | 16 | 13 - Escola<br>5 - Aula de percussão                                                                                                                              |
| * TOTAL     | 86 | 53 - Escola<br>5 - Creches<br>19 - Estação Futuro<br>2 - Escola de Futebol<br>3 - PETI<br>4 - Agente Jovem<br>1 - Curso de Esteticista<br>5 - Curso de Computação |

Fonte: Ass. Técnica/IASC - agosto/06

\* **Observações:** do total de 86, 14 crianças e adolescentes ingressaram no mês de agosto nas unidades, não havendo tempo hábil para serem inseridos nas escolas e outras atividades; e dentre as 9 crianças, filhas e filhos das usuárias da Andaluz, 5 foram inseridos nas creches e 4 são recém-nascidos; não sendo computados no total de inserção nas escolas.

### 2.3 Ações de (re)integração das crianças e adolescentes às famílias e à sociedade e Ações de Monitoramento de crianças e adolescentes (re)integrados às famílias

- Foi evidenciado pela Auditoria que o Travessia não prioriza ações de (re)integração e de monitoramento e que não dispõe de estrutura suficiente para a sistematização das ações. Os problemas apontados foram: o apoio psicológico, tanto para os beneficiários como para as suas famílias é insuficiente, a falta de cursos profissionalizantes que atendam ao perfil dos usuários, a insuficiente de transporte e de pessoal para visitas; conseqüentemente levando a uma falta de perspectiva dos usuários quanto ao seu futuro, bem como facilitam o retorno à situação de rua daquelas crianças e adolescentes reinseridas na família/sociedade. Em relação ao monitoramento dos usuários (re)integrados e ou as suas famílias, aponta que esta ação não ocorre de forma sistemática, que muitas vezes não é realizada nenhuma visita família, além da ausência de informação para avaliação dos resultados e ajustes das ações.

- É prioridade para o IASC as ações voltadas para a (re)integração familiar e comunitária. Nesse sentido o SESR constituiu 01 nova equipe de profissionais (2 educadores sociais, 1 psicólogo ou 1 assistente social), voltada especialmente para a ação na rua visando o acompanhamento sistemático das crianças e adolescentes que possuem família. Paralelamente, encontra-se em construção uma proposta que tem como objetivo primordial o fortalecimento do trabalho com família para o alcance dos objetivos propostos (anexo 5 – Projeto Re-Integrar).



- O Programa Travessia considera prioridade o aperfeiçoamento e a ampliação das ações de monitoramento das crianças e adolescentes (re)integradas às famílias e comunidade.
- Este acompanhamento é realizado por um tempo previsto de 06 meses pela equipe que o(a) atendeu, respeitando o seu perfil e história individual e familiar, envolvendo também os Centro de Referência de Assistência Social/CRAS e a rede local.
- A finalidade do Monitoramento é o acompanhamento do usuário após o seu desligamento, visando a sua permanência na família / comunidade, de forma satisfatória. Para isto leva-se em consideração o compromisso assumido com a família de cada usuário.
- O avanço que vem sendo buscado pelas equipes do SESR, assim como das casas de acolhida no que concerne ao trabalho de monitoramento do processo de (re)integração familiar e comunitária, diz respeito à parceria que vem sendo fortalecida com os CRAS, unidade que desenvolve ações de Proteção Social Básica/SAS, uma vez que após determinado período, o usuário e/ou sua família passa a ser acompanhado, quando necessário, pelos referidos centros, de seu território.
- Sistemáticamente os gerentes dos serviços e espaços, junto às Diretorias de Proteção Social Especial realizam oficinas de integração, avaliação e monitoramento, das ações desenvolvidas pelo Programa Travessia. Mensalmente preenchem relatórios, qualitativos e quantitativos, que têm como objetivo (re)orientar e ajustar as práticas e subsidiar o acompanhamento da gestão e planejamento das ações. Esse processo se encontra em fase de estruturação com a implementação da Gerência de Vigilância Social, que é o setor responsável pelo sistema de informação, monitoramento e avaliação das ações/SIMAS da SAS e IASC.
- Consideramos ainda o processo de readequação do quadro de pessoal do IASC com a contratação dos concursados e a implementação da formação continuada destes novos profissionais, além dos gerentes e educadores sociais de todos os serviços e equipamentos, visando o aperfeiçoamento das ações e conseqüentemente a otimização dos resultados.

### **3. Articulações da PCR com entidades e órgãos e com o Governo de PE**

#### **3.1 Crianças e adolescentes oriundas de outros municípios**

- *O TCE detectou na avaliação a existência de crianças e adolescentes em situação de rua e risco na cidade do Recife oriundas de outros municípios, sinalizando como fatores determinantes a insuficiência de programas sociais nestes municípios vizinhos e a pouca articulação do Recife com estes para o desenvolvimento de ações conjuntas.*
- O fortalecimento de Políticas Públicas Integradas é ainda um processo de construção coletiva. O Recife vem contribuindo para a efetivação dessa ação, o que reflete particularmente na nossa participação em articulações com 04 quatro dos



municípios da RMR no GT - Pró Convivência Familiar e Comunitária (Recife, Olinda, Jaboatão, Camaragibe), como também no GT estadual. Nesse sentido podemos assinalar no que concerne a Parceria, que se realiza um movimento em duas direções; a primeira voltada para fora, isto é, RMR, e a segunda, interna, conforme demonstramos a seguir:

- Articulação com outros municípios da RMR visando à participação desses municípios no GT. A articulação entre os municípios foi trabalhada na perspectiva da participação de 16 integrantes da RMR, de modo que foram encaminhados os devidos convites, no entanto, somente quatro responderam positivamente à convocação. Considerando a urgência de uma articulação, os representantes dos municípios presentes optaram pelo fortalecimento das articulações, confiantes no sucesso da empreitada, com a conseqüente adesão dos demais;
- Ações do GT, que envolve os municípios do Recife, Olinda, Jaboatão e Camaragibe, tendo como objetivo promover a integração das ações de atenção integral e garantir o direito à convivência familiar e comunitária às crianças e adolescentes em situação de rua e risco social e pessoal nesses quatro municípios (anexo 6 - Termo de Compromisso - Pró Convivência Familiar e Comunitária);
- Outra ação de articulação constitui-se na Campanha Doação Cidadã, que tem como objetivos promover uma ação educativa da rua através do diálogo com a sociedade acerca da problemática e sobre a importância de sua participação na reversão da situação, assim como estimular a participação da parceria de qualidade através do envolvimento do empresariado local e segmentos de formação de opinião, nas diversas fases e atividades da campanha. O projeto consiste na implementação e ampliação das ações conjuntas entre órgãos governamentais, não governamentais, empresariado local, fóruns e conselhos de direitos, visando a captação de recursos financeiros e a realização de uma campanha permanente de sensibilização e mobilização popular;
- As doações nas vias públicas mobilizam um contingente significativo de pessoas, sendo que esse fluxo no Recife se apresenta de forma sazonal, ocorrendo em períodos do calendário cultural e religioso. É importante reconhecer que as relações de solidariedade são necessárias no processo de comprometimento do cidadão com toda a sociedade que se pretende democrática. No entanto, o ato de doar nas ruas colabora com o ciclo de permanência desse segmento nas mesmas, não contribuindo de forma significativa com a reversão desse processo. A partir desta referência, esta Campanha pretende canalizar este sentimento tão presente na população recifense, fomentando uma mudança de padrões culturais na direção da solidariedade responsável.

### **3.2 Articulação do Travessia com as secretarias da PCR e com o Governo de PE**

*- A Auditoria considera que a pouca articulação e institucionalização do Travessia resultam em dificuldades na viabilização de alguns serviços, municipais e estadual, como: emissão de documentos, consultas médicas, especialmente atendimentos*



*psiquiátricos e de usuários que usam drogas, e vagas nos programas de capacitação e profissionalização. Ressalta que o acesso de usuários para alguns serviços resulta de articulações no nível pessoal.*

*- Reconhece a importância das ações integradas com outros setores da PCR, com outros órgãos e entidades não governamentais, além da sociedade em geral.*

- A Política Municipal de Assistência Social na perspectiva de implantação do SUAS/PNAS, tem como diretriz básica o desenvolvimento de articulações intersetoriais e interinstitucionais, entre outras, apresentadas a seguir:

- Gestão descentralizada e autônoma;
- Primazia da responsabilidade do poder público municipal na formulação, coordenação, financiamento e execução da Política de Assistência Social;
- Desenvolvimento de articulações, intersetoriais e interinstitucionais para possibilitar ao cidadão e cidadã o alcance pelas várias políticas públicas;
- Centralidade na família para a concepção das ações de Assistência Social.

- A Secretaria de Assistência Social foi criada pelo atual governo municipal na gestão 2001, expressando o compromisso ético-político com a definição de uma política pública e estratégica de governo, com o objetivo de realizá-la como “política de Seguridade Social não contributiva, direito do cidadão e dever do Estado, provedora dos mínimos sociais para garantir o atendimento às necessidades básicas e, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade “ (PNAS-05).

- A garantia do comando único na política municipal de assistência social, a extinção da LAR e a criação do IASC no ano de 2003, representaram o compromisso da gestão assumido junto ao Movimento de Direitos Humanos e com as deliberações apresentadas na III Conferência Municipal de Assistência Social. Com o fim de materializar este novo modelo de gestão, o Recife realizou a V Conferência Municipal da Assistência Social em 2005, cujo tema foi “A implementação da Política Municipal de Assistência Social: Estratégias e Metas para a Construção do Plano de Assistência Social” cujo objetivo geral foi debater, avaliar e propor diretrizes, estratégias e metas para a Política Municipal da Assistência no contexto do SUAS.

- O Programa Travessia é considerado um marco neste processo de mudanças e avanços, tanto na primeira gestão do atual governo como nesta segunda, na área de Assistência Social no Recife, em função das conquistas. Ressalta-se ainda a reforma administrativa realizada à luz do SUAS/PNAS, o processo de reorganização da rede socioassistencial por nível de Proteção Social e a realização do concurso público. A Lei Municipal de Nº 16.845/2003 que institui o IASC, no seu Art. 3º que trata das finalidades do Instituto, formaliza o Programa Travessia; firmando-se então como um programa prioritário do governo (anexo7- Rede Socioassistencial do IASC).



- O Plano Estratégico de Ação 2006- 2008 é resultado do processo de planejamento realizado com os gerentes e técnicos do IASC junto à Secretaria de Assistência Social/SAS, o qual teve como objetivo primordial promover a integração das ações entre o IASC e a SAS, visando assim à ampliação das ações e sua eficácia. Busca-se com isto maior satisfação para a população - desafio que constitui talvez a parte mais interessante desta nossa tarefa, pois é um exercício de compreensão do outro e das infinitas diversidades com as quais nos confrontamos. O referido plano faz correspondência com o Plano Plurianual/PPA 2006 – 2009 da SAS – IASC (anexo 8 – Plano Estratégico de Ação 2006 -2008).

- O Travessia desenvolve parcerias com diversos setores da Prefeitura do Recife, outros municípios, governo estadual e federal, órgãos e entidades não governamentais, entre outros:

➤ Comitê Ampliado de Enfrentamento e Acompanhamento das Ações, voltadas para a População em Situação de Rua e Risco, coordenado pela Secretaria de Assistência Social da PCR; formado por: Conselhos Tutelares, Ministério Público, Município do Recife: Comunicação, Saúde, Educação, Coordenadoria da Mulher, Direitos Humanos, Ciência Tecnologia e Desenvolvimento Econômico; e entidades não governamentais: ABCC, OAF, PRÓ CRIANÇA, ARTE VIDA, ROTARY, LIONS, entre outras;

➤ Articulação com a rede socioassistencial complementar para garantir o acolhimento temporário, em caráter excepcional, de pessoas de outros municípios em situação de rua e risco na cidade do Recife;

➤ Integração do Plantão Social, Casas de Acolhida e do SESR junto aos Conselhos Tutelares para o recambiamento das crianças e adolescentes, assim como de famílias, para os municípios de origem;

➤ Secretaria de Ciência Tecnologia e Desenvolvimento Econômico - ações de economia popular e solidária e de reinserção produtiva que visam à autonomia e sustentabilidade da família/indivíduo na comunidade; como por exemplo, encaminhamentos para curso de qualificação profissional, operação trabalho, entre outros;

➤ Secretaria de Cultura - Fundação de Cultura Cidade do Recife/FCCR – promoção do desenvolvimento profissional e participação de crianças e adolescentes das casas de acolhida nas atividades culturais e de lazer da FCCR, como eventos, oficinas e feiras nos Mercados Multiculturais; cursos profissionalizantes na área de gestão cultural, cinematografia, artes cênicas, cenografia, iluminação, entre outros cursos realizados nas Redes Multiculturais por RPA;

➤ Coordenadoria da Mulher – acolhimento às pessoas, adolescentes e mulheres, vítimas de violência, nos Centros Especializados Clarisse Lispector e Sempre Viva;



➤ Serviços de Educação - ações voltadas para a inclusão da população em situação de vulnerabilidade, rua e risco, no processo de educação formal, nas creches, no Programa Escola Aberta (final de semana) e no Programa Bolsa Escola;

➤ Secretaria de Serviços Públicos: parceria para a inclusão produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade. Atualmente se encontra em construção o Projeto: *Programa Agente Jovem no Trânsito* para a captação de recursos financeiros junto ao Ministério das Cidades - DENATRAN. O Projeto será executado em parceria com a CTTU, e tem como objetivo promover a formação de agentes educadores de trânsito através da capacitação de adolescentes a partir de 16 anos e jovens de até 21 anos que se encontram em situação de rua e risco, incluindo jovens que trabalham lavando pára-brisas dos carros nos sinais, visando o desenvolvimento de ações educativas voltadas à população para a redução de comportamentos de risco, redução de acidentes e outras violências ocorridas nas vias públicas do Recife e a promoção de trabalho e renda à luz da produção solidária;

➤ Plano de Ação Integrada composto por Secretaria de Assistência Social, IASC, RECICRIAR, Centro de Reintegração Social/CRS, Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã, Secretaria de Saúde, Assessoria da Criança e do Adolescente da PMPE, que possui como objetivos:

1. Debater sobre os problemas existentes no atendimento emergencial de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua, com atenção especial para a saúde mental e uso de drogas, visando identificar responsabilidades, padronização das ações, normas e fluxos dos diversos setores envolvidos na área para o enfrentamento conjunto da situação;

2. Construir um plano de ação integrado para o enfrentamento e reversão do problema vivenciado por crianças, adolescentes e adultos em situação de rua na nossa cidade, com destaque para a saúde mental e uso de drogas, que possibilite resultados concretos e de real impacto sobre esse quadro, para que afinal, possamos construir uma sociedade mais justa e conseqüentemente mais saudável.

➤ Governo do Estado – Estação Futuro;

➤ Ministério Público: órgão estadual jurisdicional, responsável pela defesa dos direitos do cidadão e da sociedade. Este órgão é acionado como último recurso a ser utilizado por reincidência da situação vivenciada.

- Consideramos ainda que as dificuldades apontados pela Auditoria no que se refere a aquisição de documentos e conseqüentemente acessar alguns serviços, decorrem da falta de informações consistentes, tais como, data do nascimento, maternidade, etc., essenciais para a Certidão de Nascimento e daí os demais documentos, bem como o acesso a determinados serviços:

○ A aquisição de CPF, único documento pago, é dificultada em razão da cobrança de taxa, o que onera os custos operacionais com os usuários, no



entanto, àqueles que dispõem de remuneração é estimulada a aquisição mediante financiamento próprio;

- O acesso a serviços de saúde tem sido considerado satisfatório, sendo utilizada a rede pública e complementar na própria comunidade, isto é, os Centros de Saúde locais. Casos pontuais, de situações de emergência, ou seja, foram relatadas ações pontuais de apoio em função de amizades, porém longe de se constituir “a viabilização dos serviços através de relacionamentos pessoais”;
- Observamos que a demanda dos usuários de todos os equipamentos, pelo atendimento especializado, particularmente dos CAPS é maior do que as vagas oferecidas. Por outro lado, os responsáveis pelo encaminhamento ainda estão se adaptando a esta nova proposta, o que será suprido mediante as capacitações e articulações realizadas através do Plano de Ação Integrada, voltado para crianças, adolescentes, adultos e idosos em situação de rua e risco, anteriormente citado;

- Os recursos financeiros para o desenvolvimento do Programa, que apresenta como foi demonstrado um alto custo, advêm apenas do Tesouro Municipal e de receita arrecadada nos eventos beneficentes. Além de insuficientes, não contam com o co-financiamento do Governo Estadual e Federal. A SAS conta com recursos federais para o desenvolvimento de ações de Proteção Social Básica e de Média Complexidade, no caso, para o PETI e LA.

### **3.2 Divulgação das ações do Programa**

*-Foi considerado pela Auditoria que a sociedade colabora pouco e de forma inadequada com o Travessia porque sua divulgação não é prioridade para o IASC.*

- Nos Eventos Culturais e Comemorativos, de médio e grande porte, da cidade (Carnaval, Seresta, São João, Festa de N. Senhora da Conceição no Morro da Conceição, Natal, entre shows diversos), o IASC junto à SAS, desenvolve ações de enfrentamento da situação de rua e vulnerabilidade e de sensibilização da sociedade em geral acerca do problema, além de divulgação do Programa Travessia.

- O IASC vem desenvolvendo parcerias visando a implementação da Campanha Doação Cidadã, ressaltada anteriormente.

- Para a SAS e IASC a divulgação ampla de suas ações, projetos, serviços e programas de assistência social é prioridade estratégica, como foi evidenciada no Plano Estratégico de Ação, no desenvolvimento de ações educativas nos eventos culturais e na Campanha Doação Cidadã, entre outros, visando com isto conscientizar e mobilizar a população em geral na construção de uma sociedade menos desigual, mais solidária e feliz.”



- 8.2 Examinado os comentários apresentados pelo gestor, verifica-se que as recomendações apresentadas pela auditoria foram acatadas pelo Instituto de Assistência social e Cidadania – IASC.
- 8.3 O gestor apresenta seus comentários item a item e em alguns deles já apresenta ações a serem realizadas ou já em andamento para solução do problema identificado pela auditoria e que corroboram com as recomendações e os benefícios esperados da auditoria.
- 8.4 Alguns itens, como o 2.2, 2.3, 3.1, 3.2 e 3.3, apesar de não apresentarem nos comentários ações para aperfeiçoamento, não vão de encontro às recomendações e aos benefícios esperados apresentados pela equipe de auditoria.
- 8.5 A seguir, os comentários da equipe de auditoria para cada item analisado nos “comentários do gestor”:

1. Estrutura Disponibilizada

1.1 Alimentação fornecida no Recicriar

Em relação ao item sobre a alimentação fornecida no Recicriar, o gestor informa que a alimentação tem sido objeto de monitoramento e intervenção por parte da Gerencia de Nutrição e Controle Alimentar da Diretoria Administrativa e Financeira e apresenta quatro ações para a solução do problema.

Mantém-se assim a recomendação referente a este item.

1.2 Disponibilização de vestuário

Nos comentários referentes a este item, o gestor do programa declara a realização de compras e de campanhas de doações, mas que tendo em vista o quantitativo de usuários, em torno de 1.923 pessoas/mês, é difícil o monitoramento no nível ideal. Registra a licitação realizada para alguns dos equipamentos do programa, para atendimento de vestuário, cama, mesa e banho, fardamento, fraldas descartáveis e geriátricas entre outros. Registra também as doações de vestuário inadequadas ou muito usadas. E que parte das doações são destinadas a pessoas em situação de calamidade. Ressalta o perfil dos usuários atendidos que trocam as roupas por bonés, óculos, cigarros, entre outros.

Para este achado, expõe a realização de quatro ações no sentido de dinamizar a aquisição de vestuário.

Permanecem sem alteração as recomendações da equipe de auditoria.

1.3 Estrutura Física

Em relação a este item a equipe gestora declara a realização de quatro ações para a solução dos problemas identificados nos locais visitados pela equipe de auditoria.

Mantêm-se assim as recomendações referentes a este item.



#### 1.4 Manutenção dos equipamentos

A equipe gestora informa a estrutura disponível para a manutenção preventiva dos espaços e que os recursos não são suficientes para atender a grande demanda existente para ampliar e aperfeiçoar o sistema de manutenção declara a realização de 06 ações.

Permanecem válidas as recomendações referentes a este item.

#### 1.5 Disponibilização de transporte

A equipe gestora esclarece que apesar dos veículos encontrarem-se depreciados, pois são advindos da Legião Assistencial do Recife – LAR, por comodato firmado em 2003, foram adquiridos 14 veículos por locação.

Para a melhoria do sistema de transporte registra a realização de 05 ações e dentre elas, a aplicação do sistema de distribuição de vales transporte por unidade. Neste ponto não concorda com a equipe de auditoria quanto ao risco do transporte público, asseverando que os usuários são sempre acompanhados pelos educadores.

Permanecem inalteradas as recomendações da equipe de auditoria.

#### 1.6 Números de Educadores Sociais de Rua

As declarações dos gestores revelam que foi realizado em diagnóstico da necessidade de profissionais para o serviço de educadores sociais de rua e que o dimensionamento em dezembro de 2005 foi adequado aos recursos financeiros disponíveis. O gestor considera o número de sensibilização e acompanhamento expressivo, no entanto, não significa dizer que foram resgatados, mas estão em processo de construção da cidadania.

Para a otimização dos trabalhos apresenta seis ações, incluindo a avaliação trimestral com base e indicadores de desempenho.

Haja vista o lapso temporal do diagnóstico realizado e as evidências apresentadas no relatório, mantém-se a recomendação deste item.

#### 1.7 Material de Apoio Pedagógico

O gestor considera que as ações voltadas para o resgate da autonomia e o desenvolvimento das crianças e adolescentes estão apresentando resultados satisfatórios.

Apresenta as atividades sócio educativas, por casa de acolhida, dos meses de agosto e setembro de 2006, os eventos culturais de setembro a dezembro de 2006 e o número de atendimentos com retorno familiar por espaço.

No que se refere à aquisição de material de apoio pedagógico que é o item central deste item registra 06 medidas em andamento para a ampliação e aperfeiçoamento das ações, como um processo de licitação para aquisição de materiais. Elenca outras ações cujos efeitos reverterão na utilização dos recursos, como a reestruturação do Núcleo Pedagógico



do IASC, a implementação de formação continuada, o planejamento das atividades pedagógicas e a avaliação sistemática das ações.

Permanece inalterada a recomendação deste item.

## 2. Ações de sensibilização, acolhida, reintegração e monitoramento desenvolvidas

### 2.1 Proposta pedagógica

O gestor afirma que a proposta pedagógica do Programa Travessia é prioridade e foi construída para a implantação do programa. No entanto, pelas evidências encontradas pela equipe de auditoria e pela resposta da solicitação de documentos da auditoria nº 01/06, permanece inalterada a recomendação para este item.

O gestor apresenta quatro ações para solução deste achado, inclusive uma delas refere-se à contratação de 06 pedagogos para avaliar a proposta pedagógica.

### 2.2 Capacidade dos equipamentos de atração e de acolhida temporária.

O gestor apresenta a relação dos equipamentos que atende em sua plena capacidade de usuários. Informa também os equipamentos onde, pelo perfil, não há atendimento em sua capacidade plena, além de informar a quantidade de beneficiários na escola e em outros programas sociais.

Ocorre que, a partir das evidências da auditoria, a atuação do ESR, as atividades recreativas e pedagógicas, os espaços oferecidos, e a inclusão em cursos profissionalizantes apresentam oportunidades de melhoria que intensificariam a presença dessas crianças e jovens do perfil das unidades Baque Solto, Reciclar, Novos Rumos e Raio de Luz.

Mantêm-se as recomendações quanto aos ESR e à adequação dos espaços, além de outras contidas neste relatório que têm impacto sobre este achado da auditoria.

### 2.3 Ações para a (re)integração das crianças e adolescentes às famílias e à sociedade e Ações de Monitoramento de crianças e adolescentes (re)integrados às famílias

O gestor afirma que as ações voltadas para a (re) integração familiar e comunitária são prioridade para o IASC, informando que constituiu uma nova equipe voltada para a ação de rua visando o acompanhamento sistemático das crianças e adolescentes que possuem família e acrescenta a construção de uma proposta cujo objetivo é o fortalecimento do trabalho com as famílias. Esclarece que o acompanhamento é realizado envolvendo os Centros de Referência e a rede local.

O processo de acompanhamento da gestão e planejamento das ações se encontra em fase de estruturação pelo qual se responsabilizará a Gerência de Vigilância Social, assim mantêm-se as recomendações referentes a este item, parágrafos 4.23 e 4.29.



### 3. Articulação da PCR com outras entidades e órgãos.

#### 3.1 Crianças e adolescentes oriundas de outros municípios

O gestor informa que o fortalecimento de políticas públicas integradas e ainda um processo de construção coletiva e descreve a articulação com 04 municípios da Região Metropolitana do Recife - RMR, que responderam à convocação feita a 16 municípios. Além das articulações das ações dos 04 municípios, descreve a realização da Campanha Doação Cidadã para ações conjuntas entre órgãos governamentais, não governamentais, empresariado, fóruns e conselho de direitos, além de construção de uma solidariedade responsável junto à sociedade.

Esses comentários reforçam a recomendação da equipe de auditoria descrita no parágrafo 5.6 do relatório.

#### 3.2 Articulação do Programa Travessia com as Secretarias da PCR e com o Governo do Estado

O gestor elenca a rede de parcerias com extenso rol de setores da Prefeitura do Recife, outros municípios, governo estadual e federal e entidades não governamentais.

No entanto, pelos achados da auditoria operacional no Programa Travessia, percebe-se que tais parcerias não têm atendido às necessidades dos gestores e beneficiários dos equipamentos, parágrafos 5.8, 5.9 e 5.12.

Assim aperfeiçoa-se a recomendação do parágrafo 5.13 para informar aos gestores dos equipamentos sobre o procedimento de encaminhamento e controle das demandas, para a seguinte redação:

Recomenda-se a PCR intensificar a articulação entre suas secretarias e o IASC, bem como com o Governo do Estado, para criar procedimentos padronizados de encaminhamento e controle das diferentes demandas, cientificando e orientando todos os responsáveis dos equipamentos, a fim de otimizar as ações do Programa Travessia, como por exemplo, nas seguintes situações detectadas:

- Articulação entre o Programa Travessia e a Secretaria de Defesa Social - SDS e demais entidades responsáveis pela emissão de documentos oficiais, de forma a garantir a celeridade e a gratuidade desse processo;
- Padronização dos encaminhamentos para atendimento psiquiátrico, de drogas e de alcoolismo, de forma tempestiva, dos familiares e adolescentes atendidos pelo Programa Travessia, a fim de favorecer a reintegração familiar.

#### 3.3 Divulgação das ações do Programa

O gestor informa que divulga o Programa Travessia em eventos culturais e comemorativos de médio e grande porte da cidade, além das parcerias anteriormente descritas da Campanha Doação Cidadã.

A recomendação da equipe de auditoria operacional não contraria as justificativas apresentadas, permanecendo assim, sem alteração.



- 8.6 Desta forma, permanecem na íntegra as recomendações constantes no relatório preliminar, excetuando-se a recomendação do item 3.2 – Articulação do Travessia com as Secretarias da PCR e com o Governo do Estado, a qual foi aperfeiçoada para a seguinte redação:

Recomenda-se a PCR intensificar a articulação entre suas secretarias e o IASC, bem como com o Governo do Estado, para criar procedimentos padronizados de encaminhamento e controle das diferentes demandas, cientificando e orientando todos os responsáveis dos equipamentos, a fim de otimizar as ações do Programa Travessia, como por exemplo, nas seguintes situações detectadas:

- Articulação entre o Programa Travessia e a Secretaria de Defesa Social - SDS e demais entidades responsáveis pela emissão de documentos oficiais, de forma a garantir a celeridade e a gratuidade desse processo;
- Padronização dos encaminhamentos par atendimento psiquiátrico, de drogas e de alcoolismo, de forma tempestiva, dos familiares e adolescentes atendidos pelo Programa Travessia, a fim de favorecer a reintegração familiar.

## 9. Conclusão

- 9.1 No PPA do período 2002-2005, o Poder Executivo Municipal estabeleceu a realização de ações para a promoção da cidadania e luta contra a exclusão social na cidade do Recife. Por conta desta opção estratégica, a PCR reformulou a política e reestruturou a rede de assistência social, cujas repercussões imediatas foram: a criação do Instituto de Assistência Social e Cidadania - IASC que deu continuidade às ações que eram desenvolvidas pela Legião Assistencial do Recife, e a instituição do Programa Travessia – coordenado pelo IASC – o qual se destina à acolhida e atenção integral de famílias, crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de rua e risco na cidade do Recife.
- 9.2 O Programa Travessia tem como objetivo a inclusão social e a superação das desigualdades e iniquidades encontradas, possibilitando o resgate dos direitos, da auto-estima e dos projetos de vida dessas pessoas, bem como a convivência familiar e comunitária. O recorte feito nesta auditoria foi a investigação das ações do programa destinadas às crianças e adolescentes em situação de rua e risco.
- 9.3 A concepção lógica do Travessia está estruturada em duas linhas básicas de ação que se interagem para proporcionar a melhoria das condições de vida das crianças e adolescentes de rua e risco através de uma rede de acolhida e atenção integral organizada de forma descentralizada e hierarquizada, conforme a natureza e o grau de atenção prestada aos usuários.
- 9.4 Durante a etapa de planejamento, foram constatados problemas de ordem operacional e estrutural, bem como na promoção de ações intersetoriais que podem estar comprometendo o alcance dos resultados esperados do programa.
- 9.5 Para a verificação desses aspectos, a auditoria subdividiu sua análise em três questões para a avaliação do programa. A primeira examinou se a estrutura disponibilizada é compatível



com os objetivos a serem atingidos. A segunda analisou se as ações desenvolvidas pelo programa (sensibilização, acolhida, reintegração e monitoramento) têm contribuído para a superação da situação de rua e risco de crianças e adolescentes de rua e risco. A última verificou se a Prefeitura da Cidade do Recife tem se articulado com outras entidades/órgãos, contribuindo para diminuir a situação de rua e risco das crianças e adolescentes de rua do Recife.

- 9.6 Os principais achados da auditoria foram relacionados à: inadequação na disponibilização de alimentação, vestuário, transporte, pessoal, material de apoio pedagógico, bem como na estrutura física; inexistência de proposta pedagógica; insuficiência das ações de reintegração dos beneficiários e do monitoramento destes; insuficiência na articulação com secretarias da PCR e com o Governo do Estado de Pernambuco e na divulgação do Programa.
- 9.7 Também foram constatados aspectos relacionados ao monitoramento e indicadores de desempenho do Programa, tendo sido sugeridos alguns indicadores pela equipe de auditoria. Outros achados que merecem registro são a dificuldade enfrentada pelos ESR para se comunicarem com o IASC para o cumprimento de suas atividades, a necessidade de levantamento da situação, tanto física como de atendimento, dos equipamentos não visitados pela equipe de auditoria nesta avaliação e a não identificação do Programa Travessia na Lei Orçamentária Anual referente a 2006.
- 9.8 Esses aspectos demonstram que existem oportunidades de melhoria tanto em aspectos operacionais do programa, como em questões estratégicas e de articulação intersetorial e o enfrentamento dessas dificuldades é condição essencial para que as ações do Travessia deixem de ser pontuais e passem a ser articuladas de forma a proporcionar o resgate dessas crianças e adolescentes.
- 9.9 Para tanto, é importante a formalização do programa de forma organizada nas leis orçamentárias, bem como a existência de um planejamento detalhado e integrado entre a Secretaria de Assistência Social e o IASC, com metas e objetivos claros, assim como a definição de responsabilidades. Essas medidas permitem o gerenciamento do programa, bem como o monitoramento e o controle, contribuindo para a transparência da gestão.
- 9.10 Espera-se que este relatório seja um instrumento para orientar tais mudanças e que a implementação das recomendações apresentadas contribua para tornar as ações do programa mais efetivas, possibilitando a realização da “travessia” dos seus beneficiários para uma vida mais segura, digna e cidadã.

## **10. Proposta de encaminhamento**

- 10.1 Diante do exposto e visando a contribuir para o aperfeiçoamento do Programa Travessia, submetemos o presente relatório de auditoria à apreciação superior, para encaminhamento posterior ao gabinete do Exmo. Conselheiro Relator, com as seguintes recomendações:
- 10.2 Ao Instituto de Assistência Social e Cidadania - IASC:



- Criar mecanismos de controle de qualidade da alimentação disponibilizada pelo Recicriar, especialmente quanto ao sabor e à variedade dos cardápios (com a inclusão de frutas, verduras e legumes);
- Criar alternativas para que as necessidades de vestuário dos beneficiários sejam supridas de forma sistemática;
- Avaliar se a estrutura física existente nos equipamentos é compatível com as atividades a serem desenvolvidas, definidas em proposta pedagógica, de acordo com os perfis dos beneficiários e proceder aos ajustes necessários;
- Estruturar o setor responsável pela manutenção dos espaços de atração e acolhida para que estes atendam de forma eficiente as necessidades dessas unidades;.
- Intensificar as ações de valorização da relação criança e adolescente e espaços dos equipamentos, objetivando diminuir a depredação;
- Realizar levantamento das necessidades de veículos em cada uma das atividades do Programa Travessia e que seja disponibilizado transporte em condições satisfatórias de uso e na frequência necessária a atender às necessidades dos equipamentos, dos Educadores Sociais de Rua e da coordenação pedagógica;
- Realizar diagnóstico das necessidades de Educadores Sociais de Rua em cada RPA, de forma que esta quantidade seja redimensionada e atenda de forma mais eficiente às demandas do público alvo do programa;
- Suprir os equipamentos de material de apoio pedagógico em quantidade e variedade suficientes, e com regularidade, para que a proposta pedagógica e o planejamento para sua execução sejam possíveis de serem cumpridos;
- Elaborar e implementar uma proposta psicopedagógica de acordo com o perfil de cada um dos equipamentos, possibilitando que os mesmos passem a dispor de uma programação de atividades diárias que trabalhem o resgate da auto-estima e da cidadania dos beneficiários;
- Verificar a existência de condições de trabalho suficientes para os ESR desenvolverem suas atividades de forma a atrair mais crianças e adolescentes de rua para os espaços seguros, além de adequar os espaços de atração e acolhida temporária para torná-los atraentes ao público alvo a que se destinam, visando à permanência dos mesmos nos equipamentos;
- Estruturar o setor de transportes de forma que não haja indisponibilidade de veículos para a realização periódica de visitas de monitoramento e sensibilização às famílias dos beneficiários;
- Estruturar o quadro de psicólogos e assistentes sociais em número suficiente para a realização das referidas visitas;



- Desenvolver ações no sentido de inserir os beneficiários em outros programas sociais, em cursos profissionalizantes e de oferecer-lhes orientação psicológica para garantir a efetividade das reinserções, evitando o retorno à situação de rua;
- Promover mecanismos de monitoramento das crianças e adolescentes reintegradas às famílias com o objetivo de impedir que haja um retorno dos mesmos à situação de rua e risco;
- Intensificar as ações de divulgação do Travessia e de conscientização da sociedade acerca do problema da população de rua no Recife, estimulando a realização de doações sistemáticas nas comunidades, em ONGs ou no próprio IASC, bem como a criação de mecanismos de prestação de contas à sociedade das doações recebidas;
- Implantar indicadores de desempenho para o gerenciamento do Programa Travessia;
- Realizar uma avaliação das necessidades de comunicação enfrentadas pelos ESR e criar formas de superá-las;
- Proceder a um diagnóstico da situação das unidades que não foram objeto desta auditoria aplicando, no que couber, as recomendações deste relatório.

#### 10.3 À Prefeitura da Cidade do Recife - PCR:

- Fortalecer a articulação com os demais municípios da RMR, em especial quanto à implementação das ações previstas no Termo de Compromisso datado de 22/03/2006, assinado pelas prefeituras do Recife, Olinda, Jaboatão e Camaragibe;
- Intensificar a articulação entre suas secretarias e o IASC, bem como com o Governo do Estado, para criar procedimentos padronizados de encaminhamento e controle das diferentes demandas, cientificando e orientando todos os responsáveis dos equipamentos, a fim de otimizar as ações do Programa Travessia, como por exemplo, nas seguintes situações detectadas:
  - a) Articulação entre o Programa Travessia e a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco - SDS-PE e demais entidades responsáveis pela emissão de documentos oficiais, de forma a garantir a celeridade e a gratuidade desse processo;
  - b) Padronização dos encaminhamentos para atendimento psiquiátrico, de drogas e de alcoolismo, de forma tempestiva, dos familiares e adolescentes atendidos pelo Programa Travessia, a fim de favorecer a reintegração familiar.
- Formalizar o Programa Travessia, com definição clara dos seus objetivos, metas e responsabilidades de forma a facilitar seu gerenciamento e o controle contribuindo para a transparência da gestão.

#### 10.4 Espera-se que a implementação das recomendações propostas contribua para a obtenção de benefícios, dos quais destacamos:



- Melhoria da alimentação fornecida pelo Recicriar, sendo mais um estímulo para a permanência dos beneficiários no programa;
- Melhoria na realização de atividades recreativas e pedagógicas e no atendimento individual dos beneficiários, e diminuição da evasão, contribuindo para a reintegração das crianças e adolescentes;
- Superação da deficiência de transporte para a realização de atividades rotineiras e essenciais para a efetividade do programa;
- Disponibilização nos equipamentos de atração e de acolhida do Travessia de material pedagógico que permita a realização de atividades pedagógicas regulares para o resgate da auto-estima e da motivação dessas crianças e adolescentes, facilitando sua reintegração à sociedade;
- Aumento da atratividade dos equipamentos de forma que as crianças e adolescentes sintam-se motivadas a neles ingressarem e ali permanecerem, bem como dote os equipamentos de condições favoráveis a trabalhar o resgate da auto-estima e da cidadania, contribuindo para o processo de reintegração à família e à sociedade;
- Otimização dos recursos, atendendo a uma quantidade maior de crianças e adolescentes em situação de rua e risco;
- Sensibilização das famílias para que estas recebam de volta as crianças e adolescentes em situação de rua, numa maior quantidade de crianças e adolescentes reintegradas às famílias e à sociedade, bem como na diminuição do retorno das crianças e adolescentes reintegradas à anterior situação de rua;
- Aferição da efetividade da reintegração das crianças e adolescentes e a adoção de medidas tempestivas com vistas a garantir o sucesso deste processo e conseqüentemente do programa;
- Diminuição do número de crianças e adolescentes de outros municípios nas ruas do Recife e atendidas pelo Programa Travessia, pois estes passariam a ser atendidos em seu próprio município;
- Fortalecimento das ações do Programa Travessia através da participação da sociedade.

Por fim, propõe-se as seguintes deliberações:

#### 10.5 Ao Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC:

- Remeter a este Tribunal de Contas, no prazo de 60 (sessenta dias), plano de ação contendo o cronograma para implementar as recomendações prolatadas, como o nome dos responsáveis pela adoção dessas medidas, conforme Resolução TC 02/2005.



10.6 À Diretoria de Plenário deste Tribunal:

- Encaminhar cópias da decisão e do Relatório Consolidado de Auditoria ao Instituto de Assistência Social e Cidadania da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura do Recife;
- Encaminhar este processo à Coordenadoria de Controle Externo para a realização do primeiro monitoramento.
- Encaminhar cópia da decisão ao Departamento de Controle Estadual para subsidiar o julgamento da prestação ou tomada de contas, na forma dos artigos 6º e 8º da Resolução TC nº 014/2004.

Recife, 03 de outubro de 2006.

**Emerson Souza de Carvalho**  
Técnico de Auditoria das Contas Públicas

**Francisco Alves Soares**  
Técnico de Auditoria das Contas Públicas

**Juliana Montenegro de O. Matos**  
Técnica de Auditoria das Contas Públicas

**Noemi Caldas Bahia Falcão**  
Técnica de Inspeção de Obras Públicas  
(coordenadora)

Visto e aprovado:

**Lídia Maria Lopes**  
Gerente da ANOP



## APÊNDICE I

### Lista de siglas

**ANOP** – Auditoria de Natureza Operacional  
**CAPS** - Centro de Atenção Psicossocial  
**CICA** - Centro de Integração da Criança e Adolescente  
**CRAS** - Coordenadoria Regional de Assistência Social  
**DRT** - Delegacia Regional do Trabalho  
**ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente  
**ESR** - Educador Social de Rua  
**FDS** - Fundo de Desenvolvimento Social  
**FMAS** - Fundo Municipal de Assistência Social  
**FUNDAJ** - Fundação Joaquim Nabuco  
**IASC** - Instituto de Assistência Social e Cidadania  
**LAR** - Legião Assistencial do Recife  
**LOA** - Lei Orçamentária Anual  
**LOAS** - Lei Orgânica da Assistência Social  
**NOB** – Norma Operacional Básica  
**ONG** - Organização Não Governamental  
**PCR** – Prefeitura da Cidade do Recife  
**PNAS** - Política Nacional de Assistência Social  
**PPA** - Plano Plurianual  
**RMR** - Região Metropolitana do Recife  
**RPA** - Região Político-Administrativa do Recife  
**SDS- PE** - Secretaria de Defesa Social de Pernambuco  
**SIMAS** - Sistema de Informação Monitoramento e Avaliação da Assistência Social  
**SPAS** - Secretaria da Política de Assistência Social  
**SUAS** - Sistema Único de Assistência Social.  
**TCE-PE** – Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco



## APÊNDICE II

### Lista de figuras

- Figura 1** – Estrutura do IASC – Diretorias de alta e média complexidade.  
**Figura 2** – Fluxo do atendimento da criança e adolescente no programa.  
**Figura 3** – Pia sem condição de uso no Recicriar.  
**Figura 4** – Parede mofada no Andaluz.  
**Figura 5** – Banco quebrado no pátio do Recicriar.  
**Figura 6** – Artesanato produzido por beneficiários do Novos Rumos.

## APÊNDICE III

### Lista de tabelas

- Tabela 1** – Locais visitados.  
**Tabela 2** – Pesquisa realizada pela Prefeitura do Recife, FUNDAJ e Governo do Estado em 2003.  
**Tabela 3** – Equipamentos de alta complexidade.  
**Tabela 4** – Indicadores de desempenho.